



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

O Processo de Descoberta e Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Pedro Augusto Dias Baía

Belém

Agosto/2013

DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

O Processo de Descoberta e Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento, na área de concentração Ecoetologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Celina Maria Colino Magalhães.

Trabalho parcialmente financiado pela FAPESPA.

Belém

Agosto/2013

DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROCESSO DE DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

CANDIDATO: PEDRO AUGUSTO DIAS BAÍA
DATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO: 29/08/2013
RESULTADO:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Celina Colino Magalhães (Orientadora)

Profa. Dr^a. Débora Dalbosco Dell'Aglio (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRGS)

(Membro)

Profa. Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante (Universidade Federal do Pará – UFPA)

(Membro)

Prof. Dr. Fernando Pontes (Universidade Federal do Pará – UFPA)

(Suplente)

DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que,
diante da violência, escolhem denunciar,
diante do desespero, escolhem enfrentar
diante das diferenças, escolhem a tolerância
diante da morte, escolhem viver.
diante do amor, escolhem tentar.*

*E acima de tudo, aqueles que diante de uma criança ou adolescente, escolhem ensinar,
compreender e respeitar...*

DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, aos que disseram: “*Não desiste. Continua*”.

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo, companheirismo e amor incondicional. Em especial aos meus pais Pedro Baía e Maria Nice, e aos irmãos: Paulo, Nilza, Nei, Júnior e Ari. Às cunhadas e ao cunhado, aos sobrinhos(as), primo(as) e tio(as).

Agradeço à Prof. Dra. Celina Maria Colino Magalhães por ter aceitado participar desta pesquisa como orientadora de dissertação.

Agradeço à Prof^a Ms. Milene Veloso por ter aceitado me orientar desde a monografia de conclusão de curso. Embarcamos juntos neste tema e certamente sem a sua ajuda muita coisa não teria sido conquistada. Obrigado.

Agradeço à Prof^a Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglio que, entre e-mails e telefonemas, tornou possível a coleta de dados desta pesquisa no estado do Rio Grande do Sul. Além de contribuições, correções e análises frequentes do material coletado.

Agradeço também à Dra. Samara Silva pela sua produção científica na área, e por ter facilitado o contato com a equipe do CREAS-Viamão.

Agradeço à Prof^a Dra^a Silva Koller e Prof^a Dra. Luíza Habigzang, pela atenção dada à este projeto e permissão para acesso aos dados do CEP-RUA.

À equipe do CREAS-Viamão, CREAS-Abaetetuba e CEP-RUA (Novo Hamburgo). Todos vocês fazem a diferença na área aplicada e científica.

Aos amigos da Turma de Mestrado Agosto/2011 (LED-UFPA) e aos guris/gurias do NEPA (UFRGS) pelo conhecimento compartilhado.

Aos amigos de Porto Alegre: James Ferreira Jr., Rodrigo Gabbi Polli e Evandro Sherer... Obrigado pelas noites aos som de Madonna, Kylie, Adele, e uma “caipirinha” para esquecer as desigualdades sociais.

Aos amigos da turma de Psicologia 2005. Foram cinco anos de muitos desafios e conquistas.

A todos os meus amigos que me curtem no facebook e na vida real, obrigado pelo suporte social. Em especial, aos amigos Tatiane Bahia (SQN), Cássio Danilo (SQN), Gabriela Nascimento, Kátia Carvalho, Aline Lobo, Sabrina Lobato e Warlington Lobo, que estiveram tão presentes na jornada da graduação e do mestrado. Sei que vocês não conseguem viver sem minha presença (SQS). E aos amigos de tempos antigos e presentes, com os quais a vida se torna mais leve: Antônia, Jones, Gustavo, Raísa, Amélia e Robson.

Agradeço à instituição FAPESPA pelo financiamento desta pesquisa através da concessão de Bolsa de Mestrado. E ao PROGRAMA PROCAD. Esta pesquisa exigiu deslocamento geográfico e permanência de seis meses no estado do Rio Grande do Sul. A colaboração financeira foi essencial.

DESCOBERTA E REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

SUMÁRIO

Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Capítulo I. Introdução.....	01
Capítulo II. Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual.....	04
Resumo.....	04
Abstract.....	05
Introdução.....	06
Conceituações sobre a Revelação do Abuso Sexual	07
Padrões de Revelação e Descoberta do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	10
Fatores Individuais.....	13
Fatores Relacionais.....	21
Método.....	24
Amostra.....	25
Procedimentos.....	26
Análise dos dados.....	27
Resultados e Discussão.....	28
Considerações finais.....	36
Capítulo III. Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual infantil.....	39
Resumo.....	39
Abstract.....	40
Introdução.....	41
O Suporte Materno.....	42
Método.....	45
Participantes.....	45
Instrumentos e Procedimentos.....	45
Análise dos dados.....	47
Resultados	48
Discussão.....	53
Considerações finais.....	57
Capítulo IV. Conclusões.....	60
Referências.....	64
Apêndice 1	74
Apêndice 2	75
Apêndice 3	76

Resumo

Baía, P.A.D. (2013). *O processo de descoberta e revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil, 79p.

Esta dissertação teve como objetivo caracterizar os padrões de revelação e descoberta do abuso sexual em diferentes contextos nacionais e avaliar o suporte materno de mães de crianças e adolescentes vítimas. A dissertação foi dividida em dois artigos empíricos, um de natureza quantitativo e outro qualitativo. O primeiro artigo aborda a caracterização dos padrões de revelação através da análise de prontuários de casos de abuso sexual provenientes de dois estados brasileiros, investigando a associação entre estes padrões e fatores individuais e relacionais. O segundo artigo apresenta a caracterização do suporte materno, a partir de dados provenientes de entrevistas semiestruturadas implementadas com cinco mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em um município paraense.

Palavras chave: abuso sexual, revelação, suporte materno.

Abstract

Baía, P.A.D. (2013). The process of discovery and disclosure of sexual abuse. Dissertation, Master's Degree Program in Theory and Research Behavior, Federal University of Pará, Brazil. 79p.

This dissertation aimed to characterize the patterns of disclosure and discovery of sexual abuse in different national contexts and evaluate the maternal support of children and adolescents victims. The dissertation was divided into two empirical papers, one quantitative and the another qualitative. The first article discusses the characterization of patterns of disclosure/discovery by analyzing records of sexual abuse from two brazilian states, investigating the association between these patterns and individual and relational factors. The second article presents the characterization of maternal support, based on data from semi-structured interviews implemented with five mothers of children and adolescents victims of sexual abuse in a city of Pará-Brazil.

Key words: sexual abuse, disclosure, maternal support.

CAPÍTULO I

Introdução

O abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado um problema de saúde pública, e ocorre em diversas culturas. As dinâmicas do abuso sexual podem envolver agressores(as) familiares e/ou não familiares, e são caracterizados pelo contato ou a interação sexual entre uma criança/adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado de desenvolvimento. Estas interações sexuais são baseadas na violência física, ameaças ou indução da vontade, incluindo um amplo espectro de comportamentos: toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (Azevedo & Guerra, 1989). Há evidências de consequências a curto, médio e longo prazo às vítimas, e ao meio familiar (Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993).

Características individuais das vítimas e dos agressores (idade, sexo), as ameaças utilizadas pelo agressor, fatores internos às vítimas tais como o medo das consequências se o abuso sexual for descoberto, auto responsabilização e culpa, além da reação dos familiares diante de uma possível revelação pela criança/adolescente, podem se constituir em fatores determinantes para a descoberta do abuso sexual ou para a manutenção do segredo (Paine & Hansen, 2002; Goodman-Brown, Edelstein, Goodman, & Gordon, 2003; Hershkowitz, Horowitz, & Lamb, 2005; Hershkowitz, Lanes, & Lamb, 2007; Sepúlveda, 2010; Baía, Veloso, Magalhães, & Dell’Aglío, 2013).

Assim, a busca de compreensão sobre o fenômeno da revelação do abuso sexual se constitui em uma estratégia primordial para promover a prevenção primária, ao impedir que outras crianças sejam futuramente abusadas pelo mesmo agressor. E também possibilita a prevenção secundária, ao cessar o abuso, e garantir o suporte terapêutico às vítimas (McElvaney, 2008)

A tomada de conhecimento sobre o abuso sexual envolve especificamente duas dimensões: a descoberta e a revelação. Na primeira dimensão, o abuso sexual poderá ser constatado pelo meio social através do testemunho (alguém viu o abuso sexual ocorrer), ou pela detecção acidental (indícios comportamentais e/ou físicos propiciam a descoberta). Na segunda dimensão, o abuso sexual poderá ser revelado diretamente (revelação intencional) ou indiretamente pela própria vítima. Entretanto, a revelação pela própria vítima não ocorre de maneira frequente, sendo mais uma exceção do que regra (Collings, Griffiths, & Kumalo, 2005). Constitui-se em um processo que se estende ao longo do tempo, com uma natureza de cunho interacional, pois dependerá também do suporte social recebido pela vítima, tornando central a figura do receptor da revelação (aquele indivíduo para o qual a criança confia o abuso sexual, ou aquele que inicialmente detectou o abuso).

As mães de crianças vítimas de abuso sexual se constituem nos principais receptores da revelação. A reação destas diante da descoberta do abuso sexual ou o suporte materno oferecido poderá funcionar como um mediador para o ajustamento psicossocial das vítimas

Assim, esta dissertação é composta por dois artigos empíricos, sendo um quantitativo e o outro qualitativo. O primeiro artigo, intitulado “*Padrões de Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes*”, apresenta a análise de 232 prontuários de casos de abuso sexual registrados em três diferentes serviços de atendimentos as vítimas, localizados em três municípios brasileiros dos estados do Pará e Rio Grande do Sul. Foram identificados os principais padrões de revelação/descoberta do abuso sexual apontados na literatura, buscando-se a associação destes padrões com os fatores individuais e relacionais presentes na dinâmica do abuso sexual.

O segundo artigo, intitulado “*Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual*” apresenta os resultados obtidos a partir de entrevistas

semiestruturadas realizadas com cinco mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual extrafamiliar e intrafamiliar, que foram acolhidas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado no município de Abaetetuba (PA). As entrevistas foram analisadas considerando as três principais dimensões de suporte materno presentes na literatura (credibilidade, suporte emocional e ação protetiva).

O capítulo final apresenta uma integração dos principais resultados encontrados nesta pesquisa, com a citação das limitações deste estudo e sugestões para pesquisas futuras.

O interesse do autor por este tema surgiu quando participou do Programa de Intercâmbio Erasmus-Mundus (Projeto Euro-Brazilian Windows), quando então cursou um período de seis meses de graduação em psicologia na Universidade do Porto (Portugal). Durante este período, participou da disciplina Intervenção em Vítimas, ministrada pela Prof^a Dra^a Celina Manita. Entrou em contato com a literatura sobre abuso sexual e pesquisas na área da revelação do abuso sexual. Ao retornar ao Brasil, idealizou o projeto de Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Variáveis Associadas à revelação do Abuso sexual de Crianças e Adolescentes”, sob orientação da Prof^a Ms. Milene Veloso. Posteriormente, no ano de 2012, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Prof^a Dra. Celina Magalhães, foi contemplado com a Bolsa PROCAD-2012 para estudar seis meses no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste período, ficou sob orientação da Prof^a Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglio. Assim, a própria trajetória acadêmica do autor permitiu o contato deste com o tema, e a possibilidade de realizar a coleta de dados para a presente pesquisa em dois diferentes contextos nacionais: Rio Grande do Sul e Pará.

CAPÍTULO II

Resumo

Baía, P.A.D. (2013). *Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. 35p.

O estudo sobre a revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes está relacionado à prevenção primária/secundária, além de fornecer subsídios para as estratégias de intervenção neste tipo de violência. Este artigo objetivou caracterizar os padrões de revelação e descoberta do abuso sexual, verificando a associação com fatores individuais das vítimas e dos agressores (idade, sexo) e fatores relacionais (familiaridade entre vítimas e agressores, e receptor da revelação). 232 prontuários de casos de abuso sexual foram analisados. Estes casos foram registrados em três serviços especializados localizados nos estados do Pará (PA) e Rio Grande do Sul (RS). Observou-se a predominância da detecção acidental (43,7%) na amostra total do estudo. Os padrões de revelação/descoberta foram significativamente associados à idade/sexo das vítimas, e ao local da amostra (PA/RS). Entre as vítimas masculinas predominou a detecção acidental, enquanto as meninas revelaram de forma intencional na maioria dos casos. A revelação intencional ocorreu com maior frequência na amostra oriunda do Rio Grande do Sul, enquanto entre as vítimas paraenses predominou a detecção acidental. Discutem-se as questões de desenvolvimento, gênero e a importância dos fatores culturais e estruturais nas políticas públicas de prevenção do abuso sexual.

Palavras-chave: abuso sexual, padrões de revelação, crianças, adolescentes

Abstract

Baía, P.A.D. (2013). *Patterns of disclosure and discovery of sexual abuse*. Dissertation, Master's Degree Program in Theory and Research Behavior, Federal University of Pará, Brazil. 35 p.

The study on the sexual abuse disclosure of children and adolescents is related to the primary/secondary prevention, in addition to providing for intervention strategies in this type of violence. This article aims to characterize the patterns of disclosure and discovery of sexual abuse, finding the factors associated with individual victims and perpetrators (age/sex) and relational factors (familiarity between victims and perpetrators, and recipient of disclosure). Records of 232 cases of sexual abuse were analyzed. These cases were recorded in three specialized services located in the states of Pará (PA) and Rio Grande do Sul (RS). There is a predominance of accidental detection (43.7%) in the total study sample. The patterns of disclosure/discovery was significantly associated with age/sex of the victims, and the sample site (PA / RS). Accidental detection predominated among male victims, whereas girls shown intentionally in most cases. The intentional disclosure occurred more frequently in the sample from Rio Grande do Sul, while the sample of Pará predominated accidental detection. Issues of development, gender and the importance of cultural factors and structural public policies to prevent sexual abuse are discussed.

Key words: sexual abuse, disclosure patterns, children, adolescents

Introdução

O abuso sexual tem sido definido como o contato ou a interação sexual entre uma criança/adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado de desenvolvimento, sendo que a vítima é usada para estimulação sexual do perpetrador. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução da vontade, incluindo um amplo espectro de comportamentos: toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração. (Azevedo & Guerra, 1989)

Estudos avaliando a prevalência mundial do abuso sexual mostram uma variação de 3% a 16% para homens e de 2% a 62% para mulheres (Finkelhor, 1994). Mais recentemente, em uma meta-análise de 217 publicações compreendidas entre os anos de 1982 e 2008, englobando seis continentes, observou-se a prevalência de 11,8%, baseando-se em 331 amostras independentes com um total de 9.911.748 participantes (Stoltenborgh, IJzendoorn, Euser, & Bakermans-Kranenburg, 2011).

No Brasil, dados oriundos de um serviço especializado na cidade de Porto Alegre (Pelisoli, Pires, Almeida, & Dell'Aglio, 2010) mostraram um total de 4.294 acolhimentos a crianças e adolescentes, com uma média de 858 vítimas por ano, entre os anos de 2002 e 2006. Na região norte, registraram-se as seguintes taxas de registros desde a implantação de um serviço especializado na cidade de Belém-Pará, em 2004: 83 atendimentos (em 40 dias de funcionamento); em 2005 (732 atendimentos), em 2006 (1004 atendimentos), em 2007 (803 atendimentos), em 2008 (936 atendimentos) e em 2009 (973 atendimentos) (Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, 2010).

A incidência elevada deste fenômeno em diversas culturas, somado às consequências físicas e psicológicas levaram à Organização Mundial de Saúde a considerar o abuso sexual um problema de saúde pública. A inexistência ou

inconclusividade de evidências físicas que fundamentem o abuso, além da existência de múltiplos indicadores comportamentais e emocionais identificados nas vítimas, tem repercussão direta na identificação dos casos, denúncia, responsabilização do agressor e intervenção sobre a vítima (Lyon & Ahern, 2010; (Paine & Hansen, 2002; Rieser, 1991).

Assim, a revelação do abuso sexual pela própria vítima se configura, em muitos casos, como uma evidência primordial para promover a prevenção primária, ao impedir que outras crianças sejam futuramente abusadas pelo mesmo agressor. E também possibilita a prevenção secundária, ao cessar o abuso, e garantir o suporte terapêutico às vítimas. (McElvaney, 2008).

Entretanto, a maioria dos indivíduos com histórico de abuso sexual demora a revelar por períodos longos de tempo, e alguns não revelam. Collings, Griffiths e Kumalo (2005), afirmam que a revelação do abuso sexual apresenta-se mais como uma exceção do que como uma regra, estimando-se que as taxas de não revelação variam de 33% a 92% para garotas e de 42% a 100% para garotos.

Em um estudo realizado por Elliott e Briere (1994), tendo como amostra 399 crianças de oito a 15 anos de idade em um contexto de avaliação forense, observou-se que entre os 248 sujeitos que tinham sido abusados sexualmente, 74,9% (n=185,8) não revelaram a vitimização para alguém dentro do período de um ano em que isto ocorreu, e 17,8% (n=44,1) esperaram mais de cinco anos para revelar a alguém.

Enquanto este ciclo de silêncio e violência não é interrompido, as vítimas que vivenciam o abuso por extensos períodos de tempo acabam apresentando maiores riscos de desenvolver consequências negativas a curto, médio e longo prazo (Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993).

Conceituações sobre a Revelação do Abuso Sexual

Historicamente, a revelação do abuso sexual é estudada no contexto de entrevistas forenses. Talvez por este motivo, alguns autores (Easton, Coohy, O'Leary, Zhang, & Hua, 2011; Keary & Fitzpatrick, 1994; Macintyre & Carr, 1999; Olafson & Lederman, 2006) consideraram a revelação unicamente como o relato verbal feito pela própria vítima, desconsiderando assim faixas etárias menores, nas quais a revelação pode se dar por outros meios que não a linguagem verbal (Alaggia, 2004)

No final da década de 90, houve um aumento de pesquisas qualitativas objetivando compreender o fenômeno da revelação sob o ponto de vista das próprias vítimas. Isto contribuiu para recuperar a dimensão de processo anteriormente proposta por Summit (1983), atribuindo-se também um aspecto relacional e social à revelação. Palmer, Brown, Rae-Grant, e Loughlin (1999) estenderam a revelação do abuso para os adultos, a qual pode ocorrer tanto pela criança vítima ou pela observação feita pelos adultos dos comportamentos abusivos e seus efeitos. Segundo estes autores, se a observação dos adultos não leva a nenhuma ação, a criança irá provavelmente acreditar que o comportamento abusivo é socialmente aceitável. Além disso, os autores também explicitaram que a revelação pode não ser compreendida. E afirmaram que o receptor da revelação tem um importante papel: o de levar a criança na direção de uma revelação ativa.

Assim, objetivando clarificar os diversos agentes envolvidos no cenário de descoberta e revelação do abuso sexual, Lindblad (2007) considerou dois componentes: a) o *discloser*: consiste na pessoa que relata a violência sexual da qual foi vítima, especificando detalhes sobre sua própria experiência. O autor diferenciou o *discloser* do mensageiro ou informante, o qual, segundo ele, se constitui no indivíduo que apenas leva informações sobre outra pessoa; b) o *receiver* (receptor): é o indivíduo que recebe as

informações relacionadas aos eventos que envolvem o *discloser*. O receptor poderá ou não tomar conhecimento do evento através de outras fontes. E é possível que o *discloser* tenha, ao longo do tempo e dos contextos, diferentes receptores.

Além disso, Lindblad (2007) explica que algumas características de desenvolvimento podem funcionar como pré-requisitos para a revelação, uma vez que isto exige capacidades peculiares do *discloser*: habilidades comunicativas e de memória, por exemplo. Em relação ao receptor, é importante considerar que em muitos casos, este indivíduo poderá não apresentar um repertório de resposta adequado às tentativas da vítima em revelar, ou negligenciá-la no intuito de proteger o agressor.

Lindblad (2007) considerou a revelação como um conceito multifacetado, possuindo dimensões intra e interpessoais. Neste sentido, tanto em um nível social ou interpessoal, fatores poderão incidir no processo de revelação. Por exemplo, a relação do receptor com a vítima poderá ser importante para a interpretação das declarações feitas por esta última; a relação entre a vítima e o abusador, as características formais do *setting* de revelação (investigativo ou não investigativo), e o contexto social (normas sócio-culturais).

Deste modo, o conceito de revelação do abuso sexual recebeu alguns atributos ao longo dos anos, tais como: processo, relacional, interacional e mais recentemente, atribuiu-se também o caráter temporal. Em uma revisão de literatura realizada na América do Sul, Sepúlveda (2010) tentou abarcar todos os atributos acima referenciados ao conceito de revelação, obtendo-se a seguinte definição:

o processo pelo qual o abuso sexual é conhecido por pessoas fora da situação abusiva (pessoas que não o agressor e a vítima), o primeiro caso em que esta situação é "descoberta" ou divulgada. Este processo tem duas faces principais, sendo possível a revelação pela criança ou adolescente, ou a detecção por adultos (p.45).

Santos e Dell’Aglío (2010) diferenciaram três construtos: revelação, notificação e denúncia. Estas autoras situam a revelação como a etapa inicial na qual a criança/adolescente relata para alguém a violência sofrida. A notificação, por outro lado, se configuraria no momento em que a própria vítima, ou a pessoa para quem o abuso foi revelado busca o Conselho Tutelar ou a delegacia, por exemplo, a fim de comunicar a violência. Por fim, a denúncia, de acordo com Dobke (2009, como citado em Santos e Dell’Aglío, 2010), refere-se a peça processual que iniciará o processo penal, objetivando a responsabilização do abusador.

A notificação de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes é uma das dimensões da linha de cuidado oferecida pela rede pública de saúde (Brasil, 2010). Cabe aos serviços de saúde, por meio da equipe, avaliar qual o melhor momento de registro na ficha de notificação, da responsabilização pelo preenchimento, bem como o seu encaminhamento ao Conselho Tutelar. Mesmo se a família não quiser ou não aceitar a notificação, o profissional de saúde deverá informar que terá que notificar o caso aos órgãos competentes, amparado pelos artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelecem que, em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação é obrigatória e deve ser feita em três vias, sem prejuízo de outras providências legais (Portaria no 1.968/GM/MS, de 25/10/ 2001).

Padrões de Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

A revelação do abuso sexual enquanto objeto de estudo possibilitou a formulação de categorizações ou padrões que descrevem as diferentes maneiras pelas quais a revelação

poderá ocorrer, os quais poderão variar a partir das seguintes dimensões: a) intenção: intencional x acidental; b) espontaneidade: espontâneo x eliciado; c) detalhe: explícito x vago; d) latência: imediato x atrasado e e) duração temporal: um evento x processo (Bybee & Mowbray, 1993; Everson, 1998; Furniss, 1991; Kelley, Brant, & Waterman, 1993; Paine & Hansen, 2002; Sauzier, 1989; Sgroi, 1982; Sorenson & Snow, 1991)

Collings, Griffith e Kumalo (2005) apontam a escassez de estudos investigando os padrões de revelações em diferentes contextos, e de que maneira estes padrões se relacionam com outros fatores associados ao abuso sexual. Deste modo, objetivando examinar como e quando ocorreu a revelação, estes autores realizaram análise temática de conteúdo, em prontuários de abuso sexual (n = 1737) oriundos de Durban (África do Sul). Os autores puderam identificar duas grandes dimensões transversais que foram definidas em termos de agência (a criança iniciou a revelação versus detecção do abuso por terceiros) e duração temporal (evento versus processo). Conseqüentemente, estas duas dimensões originaram quatro categorias discretas de revelação. Tais categorias foram definidas como: 1) Revelação intencional (dimensões: revelação, evento): revelação verbal espontânea e não ambígua emitida pela própria vítima. 2) Revelação indireta (dimensões: revelação, processo): revelação espontânea, feita através de declarações ambíguas por parte da vítima. Ainda que não se constitua em uma declaração explícita, mas pode alertar os outros acerca do abuso. É possível também que alguns comentários eliciem questionamentos por parte do ouvinte, levando a vítima a revelar. 3) Detecção por testemunha (dimensões: detecção, evento): uma situação na qual o abuso sexual foi diretamente testemunhado por uma segunda parte, a qual denunciou o abuso para o cuidador ou diretamente para uma autoridade. 4) Detecção acidental (dimensões: detecção, processo): envolve situações nas quais uma segunda parte tomou conhecimento sobre o abuso a partir da observação de sinais físicos, mudanças comportamentais, alterações

emocionais, levando ao questionamento da criança ou encaminhamento para um profissional, tornando-se o abuso evidente.

A categorização proposta pelos autores foi significativamente associada às características do abuso, observando-se que a média de idade das vítimas que apresentaram revelação intencional ($M=10,67$ anos) foi maior do que as das vítimas que realizaram revelações indiretas ($M=5,84$ anos). A revelação intencional ocorreu com maior frequência nos casos em que o agressor era mais velho, e com menor frequência quando o agressor era um membro familiar. Tanto a categoria de detecção por testemunhas quando a revelação intencional foi associada com um menor tempo para relatar o abuso sexual e mais frequente nos casos de abusos repetidos.

As categorias de revelação propostas por Collings, Griffith e Kumalo (2005) são muito importantes, uma vez que consideram tanto a vítima quanto os outros indivíduos (detecção) no processo de reconhecimento e denúncia do abuso sexual. Os autores observaram predominância de detecção do abuso sexual por membros da comunidade (61%), muito mais do que a revelação pela própria vítima (39%). Tais resultados têm grandes implicações para programas de prevenção primária, e apontam a importância de engajar os membros da comunidade no processo de detecção do abuso sexual.

A tomada de conhecimento sobre a ocorrência do abuso sexual por outros indivíduos (descoberta) mantém uma relação direta com a revelação pela própria vítima. Em alguns casos, é tão somente esta descoberta que poderá tornar a revelação eficaz, no sentido de denúncia da violência e intervenção à vítima.

Entretanto, Fontes e Plummer (2010), ao considerarem a revelação como um subconjunto da descoberta do abuso sexual, afirmam que, a despeito da revelação ocorrer de diversas maneiras, tal como ficou evidente na análise das categorias expostas por outros autores, a revelação direta pela vítima representa raras ocasiões. O abuso sexual poderá

ficar escondido porque a revelação pode tomar rotas diferentes que levam ou não à descoberta. Ou seja, o ato de revelar não necessariamente resulta no aumento da segurança para a criança.

Portanto, torna-se necessário explicitar os fatores predominantes que têm sido encontrados na literatura, correlacionados com os diferentes padrões de revelação e de descoberta do abuso sexual. A idade e sexo (vítima e agressor), a percepção de responsabilidade e o medo das consequências negativas, têm sido citados como os principais fatores individuais associados às vítimas. No nível interacional, a literatura tem apontado a relação da vítima com o agressor (intrafamiliar ou extrafamiliar), o indivíduo receptor da revelação e o suporte social (particularmente o suporte materno), como variáveis atuando como bloqueadoras ou facilitadoras do processo de revelação.

Fatores Individuais

A idade da criança e do adolescente

Keary e Fitzpatrick (1994) desenvolveram um estudo em uma unidade hospitalar irlandesa de atendimento multidisciplinar a crianças com suspeita de abuso sexual. Na amostra de 256 casos, os autores observaram 49% (n=123) de revelações prévias (na família ou na rede comunitária). De outro modo, 51% (n=128) das crianças estavam em atendimento por outros motivos que levaram a suspeita de abuso sexual. Além disso, obtiveram-se as seguintes frequências de revelação durante os atendimentos de acordo com a faixa etária das vítimas: zero a 5 anos (29%; n=20), seis a 10anos (51%; n=50); onze a 15 anos (64%; n=46) e 16 anos ou mais (67%; n=8). Assim, a ocorrência de não revelação foi maior para a faixa-etária de zero a 5 anos (71%; n=49). A maioria das vítimas acima de

cinco anos que haviam revelado previamente, também mantiveram suas declarações durante o atendimento pela equipe multidisciplinar. Entretanto, para o grupo de vítimas na faixa etária abaixo de cinco anos, uma grande maioria daquelas que haviam revelado previamente não relataram o abuso sexual durante as entrevistas. Os autores atribuíram estas diferenças às habilidades cognitivas, comunicacionais e emocionais limitadas.

Tendência similar foi observada na pesquisa de Campis, Hebden-Curtis e DeMaso (1993, citado em London, Bruck, Ceci & Shuman, 2008), a partir da análise de prontuários de um hospital pediátrico americano. Os autores encontraram que os pré-escolares (idades entre 23 meses e seis anos) tenderam a emitir a revelação de uma maneira acidental, frequentemente seguindo um evento desencadeador. Por outro lado, as crianças em idade escolar (idade entre sete e 17 anos) tipicamente fizeram revelações intencionais. Os pré-escolares também exibiram mais sintomas físicos (dor abdominal, inchaço, dor vaginal) e comportamentais (pesadelos, masturbação, agressão).

Mais recentemente, Hershkowitz, Horowitz e Lamb (2005) estudaram uma amostra de 26.446 vítimas de abuso sexual oriundas de Israel, com idades entre três e 14 anos, utilizando o Protocolo de Entrevista Investigativa do National Institute of *Child Health and Human Development* (NICHD). Os autores obtiveram as seguintes frequências de revelação de acordo com as faixas etárias das vítimas: três a 6 anos (47,5%; n=1049); sete a 10 anos (71,9%; n=3095); onze a 14 anos (81,9%; n= 3668).

Os dados obtidos neste último estudo estão de acordo com os resultados de Keary e Fitzpatrick (1994), mostrando uma correlação positiva entre idade e taxa de revelação. Entretanto, London, Bruck, Wright e Ceci (2008), em uma extensa revisão bibliográfica, sugeriram que as taxas de revelação, tanto para as autoridades quanto para os familiares, poderão apresentar um padrão do tipo U invertido. Ou seja, ainda que tais taxas aumentem gradativamente, desde os pré-escolares até as vítimas em idade escolar (como se observa

no estudo de Hershkowitz, Horowitz, & Lamb, 2005), posteriormente observa-se uma aparente diminuição entre as vítimas adolescentes.

Por exemplo, na cidade de Belém-Pará, em uma amostra de trinta e um casos de abuso sexual registrados em um serviço especializado, Baía, Veloso, Magalhães e Dell'Aglio (2013), observaram que as frequências de revelação aumentaram de acordo com a faixa-etária das vítimas: (dois a 4 anos: 6,5%, n=2), (cinco a 7 anos: 22,6%, n=7), (oito a 11 anos: 32,2%, n=10), havendo um decréscimo na faixa etária de doze a 16 anos (25,8%, n=8). A frequência de revelação obtida entre os adolescentes referiu-se a amostra total de casos para esta faixa etária.

London, Bruck, Wright e Ceci (2008) argumentam que os adolescentes poderão reter a informação sobre a vitimização, pois ficam sob controle das consequências negativas de tal revelação, principalmente nos casos de abuso sexual intrafamiliar. De outra maneira, quando se trata de abuso extrafamiliar, é possível que não ocorra a revelação porque tais vítimas consideram o abuso como um problema pessoal. Ao decidirem não compartilhar tais experiências com os familiares, os adolescentes acabam apresentando maior tendência em revelar aos pares da mesma faixa-etária. De fato, uma outra explicação possível para as diferenças na ocorrência de revelação entre crianças e adolescentes pode estar relacionada ao tipo de receptor da revelação. Sabendo-se que um dos principais papéis dos receptores da revelação é torná-la ativa ou eficaz, é possível hipotetizar que o percurso desde a descoberta até a denúncia será diferente se o adolescente revelou para os pais, professores ou para um amigo.

A maioria dos estudos evidencia que a idade das vítimas não apenas dificulta a ocorrência de abuso sexual, como também poderá determinar quem será o indivíduo receptor desta revelação. Lindbland (2007), ao discutir o conceito de receptor e *disclosure*

(ou declarante) chama a atenção para o fato de que uma ou outra destas categorias poderá ser influenciada por fatores de desenvolvimento, ou pela relação estabelecida entre ambos.

Deste modo, DeYoung (1987), ao discutir as diferenças de desenvolvimento no processo de revelação, sugere que as limitações referentes às capacidades cognitivas das crianças mais novas podem resultar na falta de compreensão sobre o abuso sexual. Ou em uma inabilidade para comunicar aos outros sua vitimização. Brussey e Grimbeek (1995) complementam afirmando que nas crianças mais novas também está presente o conhecimento limitado sobre os tabus sociais do abuso sexual.

Entretanto, Saywitz, Goodman, Nicholas e Moan (1991) comentam que, embora a falta de conhecimento das crianças mais novas sobre o abuso sexual possa inibir o seu relato, também é possível que, inadvertidamente, isto facilite a revelação. Por não reconhecerem o abuso como um tabu, não percebem também as possíveis consequências negativas para elas e para os outros, tornando-as propensas a falar sobre tópicos e atos que facilmente embaraçam os outros.

Alguns autores (Smith, Letourneau, Saunders, Kilpatrick, Resnick, & Best, 2000; Sjoberg & Lindblad, 2002) também têm associado idade da vítima na época do abuso sexual, com um maior tempo para a ocorrência da revelação. No estudo de Smith et al. (2000), em uma amostra de 288 mulheres com histórico de abuso sexual, 28% (n=81) relataram que não haviam contado para ninguém até o momento da entrevista. E 47% não haviam revelado por mais de cinco anos após o abuso. No grupo que apresentou menor tempo para revelar, a média de idade das vítimas foi de 12,9 (n=63) na época do abuso, enquanto para o grupo que levou maior tempo, a média foi de 10,6 (n=163).

Sjoberg e Lindblad (2002) utilizaram uma amostra de 47 crianças (30 meninos e 17 meninas), com idades variando de quatro a 14 anos no momento da entrevista (M= 11,8; SD = 2.6). O tempo entre o abuso e o relato à polícia variou de zero a 111 meses, com uma

média de 12 meses. Obtiveram correlação negativa entre a idade da vítima no momento do abuso e o número de meses que demoraram a revelar.

Sjoberg e Lindblad (2002) explicam que tais resultados apontam para a influência psicológica do perpetrador, a qual pode ser efetiva em vítimas mais novas do que nas mais velhas. De outro modo, a ocorrência de uma maior demora na revelação do abuso sexual em um grupo restrito de vítimas pode refletir o quão importante é o papel dos cuidadores imediatos. Tais indivíduos teriam a função de perceber e compreender as narrativas infantis, bem como a capacidade/consciência de encaminhar estes casos às instituições e profissionais competentes.

Sexo

As diferenças de sexo podem ser geradas tanto pela alta ocorrência de abuso sexual entre meninas ou por uma maior relutância dos meninos em revelar a vitimização sofrida. Dados epidemiológicos (Finkelhor, 1994) e de meta-análise (Stoltenborgh, IJzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011) mostraram a predominância de vítimas do gênero feminino em casos registrados de abuso sexual. Esta realidade levou Ullman e Filipas (2005) a afirmarem, inclusive, que o abuso sexual ocorre dentro de um contexto de gênero.

Na meta-análise de Stoltenborgh et al. (2011) a taxa de prevalência de acordo com o sexo da vítima foi de 18,0% para vítimas femininas e de 7,6% para vítimas masculinas. No Brasil, Habigzang, et al. (2005), Pelisoli et al.(2010) em amostras extraídas de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), e Baía et al. (2013), em uma amostra oriunda de Belém (Pará), também observaram predominância de vítimas do sexo feminino. É importante explicitar que estes dados referem-se aos casos registrados ou denunciados. Há, em contrapartida, uma grande soma de casos que não são encaminhados aos serviços

especializados. E como tal, não aparecem nos estudos de prevalência ou incidência do abuso sexual.

Hershkowitz, Horowitz, e Lamb (2005), em uma amostra de 26.408 casos envolvendo vítimas israelenses entre três a 14 anos de idade, 71,9% (n = 5448) das meninas apresentaram revelação durante entrevistas forenses. Ao contrário, obteve-se uma taxa de 69,25% (n = 2364) para os meninos. Também no contexto de entrevista forense, Lippert, Cross, Jones e Walsh (2009) analisaram 985 casos de abuso sexual. Observou-se 76% e 62% na frequência de revelação, para as meninas e os meninos, respectivamente.

Entretanto, DiPietro, Runyan e Friedkson (1997), Goodman-Brown, Edelstein, Jones, e Gordon (2003) e Keary e Fitzpatrick (1994) não obtiveram diferenças entre os sexos acerca da revelação do abuso sexual. Do mesmo modo, Baía et al. (2013) não observaram diferenças entre os sexos das vítimas na ocorrência de revelação em uma amostra de trinta e um casos de abuso sexual, embora o sexo feminino tenha sido mais frequente. Mas neste último estudo foi observado maior incidência de negação do abuso sexual entre os meninos.

Alaggia e Millington (2008) explicam que é raro encontrar estudos fazendo referências ao abuso sexual de meninos. Na literatura, os profissionais e clínicos que trabalham com esta demanda tem caracterizado este fenômeno como sendo exclusivamente associado às vítimas femininas e agressores masculinos. Os meninos e homens têm dificuldade em revelar o abuso sexual ou buscar tratamento para isto quando a violência ocorre, porque as regras de gênero definidas socialmente estabelecem que os homens devem ser fortes, duros, e não precisam de proteção. Estes autores sugerem também que a fraqueza masculina é associada aos traços femininos, o que é desvalorizado em uma cultura sexista.

Medo das consequências negativas e percepção de responsabilidade

Os estudos apontam o medo das consequências e a percepção de responsabilidade como fatores pessoais que podem incidir sobre a revelação do abuso sexual, e que também tem mostrado padrões diferenciados dependendo do gênero da vítima. Compreende-se que as estratégias utilizadas pelos agressores poderão silenciar a vítima, através de ameaças, tais como ocasionar algum mal aos familiares da criança, caso ocorra revelação. Em alguns casos, a consequência punitiva poderá ser o descrédito do familiar não abusador para o qual a criança revelou o abuso sexual. E nos casos envolvendo agressores familiares, há o medo de ocasionar desestabilidade familiar (Lawson & Chaffin, 1992).

Em um estudo longitudinal realizado por Sauzier (1989), foi avaliada uma amostra de 156 crianças americanas. Os indivíduos que exibiram maior relutância no relato do abuso sexual foram aqueles que demonstraram maiores escores para o medo. Tais como o medo de perder o afeto do abusador, medo de ser desacreditada ou punida, e medo de ser prejudicado(a).

No que diz respeito à percepção de responsabilidade, Hazzard, Celano, Gould, Lawry e Webb (1995, citado em Goodman-Brown, 2003) apontam o egocentrismo como gerando maior sentimento de responsabilidade nas crianças mais novas (pré-escolares). Wyatt and Mickey (1988, citado em Goodman-Brown, 2003) explicam que as vítimas poderão ser menos propensas a revelar se a vitimização é atribuída a fatores internos, muito mais do que a fatores externos.

Mas no estudo realizado por Goodman-Brown et al. (2003), não foi possível observar associação entre medo das consequências negativas e dificuldades para revelar, sendo que a percepção de responsabilidade pelo abuso foi predominante em crianças mais velhas com histórico de abuso sexual intrafamiliar. Além disto, outros estudos têm

mostrado associação entre sexo feminino e maior propensão a se auto responsabilizar pela violência sofrida (Hunter, Goodwin, & Wilson, 1992). De acordo com Finkelhor (1984), isto pode ser gerado pelo fato de que as meninas acabam sendo abusadas predominantemente por membros familiares, diferentemente do que ocorre com os meninos, que são abusados em sua grande maioria por indivíduos extrafamiliares.

Fatores Relacionais

Relação da Vítima com o Agressor

Os estudos epidemiológicos têm apontado uma predominância de casos de abuso sexual perpetrados por familiares. Em contrapartida, alguns autores sugerem uma associação entre abuso sexual intrafamiliar e baixas frequências de revelação ou maior tempo para revelar nestes contextos (DiPietro, Runyan, & Fredrickson, 1997; Goodman-Brown et al., 2003; Hershkowitz, Horowitz, & Lamb, 2005; Pipe, Lamb, Orbach, Sternberg, Stewart, & Esplin, 2007; Sjoberg & Lindblad, 2002).

Hershkowitz, Horowitz e Lamb (2005), encontraram uma taxa de revelação de 89,3% (n = 7202) quando o agressor não era familiar, contra 20,9% (n= 610) nos casos envolvendo agressores familiares. Na amostra de perpetradores não familiares, ocorreram as seguintes frequências de revelação de acordo com a faixa etária das vítimas: três a 6 anos (75,2%); sete a 10 anos (90,0%) e onze a 14 anos (93,2%). De outra forma, quando o suspeito de abuso sexual era um parente, houve os seguintes decréscimos: três a 6 anos (15,4%); sete a 10 anos (20,6%) e onze a 14 anos (28,5%).

Utilizando o mesmo padrão comparativo entre faixa-etária da vítima e relação vítima e agressor, Pipe et al. (2007) observaram que nos casos envolvendo abusadores não

familiares, as taxas de revelação foram as seguintes, de acordo com a idade das vítimas: 47% (4-5 anos), 76% (6-8 anos) e 98% (9-13 anos). Em contrapartida, para os casos envolvendo abusadores familiares, os valores apresentaram um decréscimo considerável: 38% (4-5 anos), 58% (6-8 anos) e 84% (9-13 anos).

Em um contexto de entrevista forense, com amostra (n=987) oriunda de quatro estados americanos, Lippert, Cross, Jones e Walsh (2009) obtiveram 70% e 78% de revelação para os casos envolvendo agressores intra e extrafamiliares, respectivamente. No contexto paraense, Baía et al. (2013) não observaram diferenças na ocorrência de revelação considerando o tipo de abuso sexual: 45,2% (n=14; intrafamiliar) e 41,9% (n=13; extrafamiliar). Entretanto, todos os casos de não revelação (12,9%; n=4) situam-se no grupo abusado por familiares.

De acordo com Goodman-Brown et al. (2003), as vítimas de abuso intrafamiliar são mais conscientes sobre uma possível “traição” ou punição ao parente abusador, temendo os conflitos familiares que poderão ocorrer após a revelação. No estudo realizado por estes autores, a revelação ocorreu tardiamente nos casos de abuso intrafamiliar. Estas vítimas também se sentiam responsabilizadas pelo abuso sexual sofrido, e com medo das consequências negativas relacionadas ao conhecimento desta violência pelos outros.

Indivíduo Receptor da Revelação

Considerando a categorização de Lindbland (2007) sobre o *discloser* e receptor, torna-se importante identificar os padrões encontrados na literatura acerca dos indivíduos escolhidos como ouvintes da revelação. Smith e Best (2000), em uma amostra composta por mulheres entrevistadas, 288 relataram terem sido vítimas de abuso sexual antes dos 18 anos de idade, sendo que as frequências de revelação foram as seguintes, de acordo com o

receptor: amigo (22,5%); mãe (20,7%); outros familiares próximos (8,0%), marido (7,4%), policia/serviço social (6,6%) e algumas não haviam relatado a violência até o dia da entrevista (28,1%).

Por outro lado, Kogan (2004) estudou uma amostra de adolescentes do sexo feminino, com idades variando de 12 a 17 anos. Utilizando-se como parâmetro a idade das vítimas quando ocorreu o abuso sexual, os pesquisadores encontraram que, as faixas etárias entre sete e 10 anos foram negativamente associadas com a não revelação ou revelação apenas para pares, e positivamente associada com a revelação para um adulto. Ao contrário, para as vítimas com idades entre quatorze e 17 anos no momento do abuso, houve associação positiva com a não revelação e revelação para pares, e negativamente associado com a revelação para um adulto.

Em uma amostra italiana envolvendo trinta e seis adolescentes do gênero feminino (doze a 16 anos), exceto por sete casos nos quais não houve revelações, Crisma, Bascelli, Paci e Romito (2004) observaram predominância dos amigos (n=15), seguido por outros familiares (n=7) e pela mãe (n=3), como receptores da primeira revelação. Mais recentemente, Hershkovitz, Lanes e Lamb (2007) evidenciaram que 47% das vítimas (entre sete e 12 anos), revelaram primeiramente para um irmão ou amigo, 43% para seus pais, e apenas 10% para outros adultos. Os autores também puderam obter frequências significativas associadas às faixas-etárias: crianças entre sete e nove anos (73%), comparativamente às crianças mais velhas (13%), revelaram mais para os pais. Entretanto, crianças que foram abusadas por agressores familiares revelaram em menor frequência aos pais (28%), do que aquelas em que o agressor não era familiar (67%).

Habigzang, Ramos e Koller (2011), em uma amostra de 40 meninas brasileiras (idades entre nove e 16 anos) observaram os seguintes receptores da revelação: pais (n=17; 42,5%), outro familiar (n=5; 12,5%), amigo (n= 4; 10%), escola (n=4; 10%), outro

profissional (n=4; 10%), delegacia ou conselho tutelar (n=2;5%). Os pais (25%), padrastos (22,5%) e tios (17,5%) foram os principais agressores.

Assim, esta pesquisa objetivou caracterizar os padrões de descoberta/revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes, investigando a relação destes padrões com os seguintes fatores individuais e relacionais: a) idade (vítima/agressor); b) gênero (vítima/agressor); c) relação vítima-agressor (intrafamiliar/ extrafamiliar); d) indivíduo receptor da revelação.

Método

Amostra

A amostra documental consistiu em 232 prontuários referentes a casos de abuso sexual registrados entre os anos de 2009 e 2012, em três serviços de atendimentos às vítimas de abuso sexual: 1) *Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS*, localizado no município de Abaetetuba (PA); 2) O *Centro de Estudos e Pesquisa Sobre Meninos e Meninas de Rua -CEP-RUA*, localizado em Novo Hamburgo (RS); 3) *CREAS-Viamão*, localizado no município de Viamão (RS).

O *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)* configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, por exemplo).

O *CEP-RUA* se constitui em um centro de pesquisa, intervenção e formação sobre violência contra crianças, adolescentes e mulheres. As atividades do CEP-Rua em Novo Hamburgo iniciaram em 2005 através de convênio entre a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O estudo clínico sobre efetividade de um modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de violência sexual intrafamiliar marcou a inserção do grupo de pesquisa na comunidade.

O município de Abaetetuba (PA) faz parte da Microrregião de Cametá e Mesorregião Paraense, com uma área aproximada de 1223,47 km² e população de 141,100 hab., com uma densidade em torno de 115,29 hab/km². Está distante cerca de 101,5 km da

capital Belém. A atividade econômica predominante é o setor primário e terciário. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Abaetetuba foi de 0,628, em 2010, o que o situa na faixa de IDHM Médio entre 0,6 e 0,699 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Os municípios de Novo Hamburgo (RS) e Viamão (RS) fazem parte da Microrregião de Porto Alegre e Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. As atividades econômicas predominantes é Setor Secundário e Terciário (serviços, indústrias).

O município de Novo Hamburgo tem uma área aproximada de 224,09 km², com população de 238,940 habitantes (CENSO, 2010), e densidade demográfica de 1066,76 hab/km². O IDHM foi de 0,747 em 2010, o que o situa na faixa de IDHM Alto (entre 0,700 e 0,799). Está distante cerca de 42 km da capital Porto Alegre. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013)

O município de Viamão corresponde a uma área de 1496.58 km², com população de 239,384 habitantes (CENSO, 2010), e densidade demográfica de 159,85 hab/km². O IDHM foi de 0,717 em 2010, o que o situa na faixa de IDHM Alto. Está distante cerca de 32 km da capital Porto Alegre. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013)

Instrumentos

Utilizou-se uma planilha eletrônica para a coleta de dados, objetivando caracterizar individualmente os casos e identificar as variáveis relevantes: a) sexo (vítima/agressor); b) idade (vítima/agressor); c) idade da vítima quando ocorreu o episódio de abuso, quando ocorreu a revelação e a idade no início dos atendimentos psicossociais; d) relação vítima e agressor (intrafamiliar/extrafamiliar); f) Indivíduo para o

qual a criança revelou (receptor), g) categorização da revelação e descoberta do abuso sexual de acordo com as categorias propostas por Collings, Griffiths e Kumalo (2005).

Procedimentos

Em uma primeira fase, o projeto foi submetido para avaliação do Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, e recebeu parecer favorável à realização (CAAE: 03037412.7.0000.5172, parecer n° 87.828). O estudo seguiu as normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que regulamenta as normas aplicadas a pesquisas que envolvem, diretamente ou indiretamente, seres humanos.

Na segunda fase, o pesquisador responsável se reuniu com a equipe técnica do CREAS (Viamão-RS), do CEP-Rua (Novo Hamburgo-RS), e do CREAS (Abaetetuba-PA), a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa, o sigilo quanto à identificação das vítimas e os procedimentos da pesquisa. Foi disponibilizado o Termo de Concordância da Instituição (Apêndice 1).

Na terceira fase, procedeu-se a análise dos prontuários, considerando os seguintes critérios de inclusão na amostra final do estudo: a) somente casos comprovados de abuso sexual; b) casos que estão em acompanhamento ou que já foram finalizados; c) priorizaram-se os prontuários que forneceram as variáveis relevantes para a pesquisa. Os dados oriundos desta fase foram armazenados na planilha eletrônica do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para uma posterior análise.

Análise dos dados

Os dados coletados a partir da análise dos prontuários foram organizados no software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 17.0, e do programa Bioestat 5.0, para a aplicação dos seguintes testes estatísticos: Teste G de Independência, Teste Qui-quadrado de Independência, Regressão Logística Binária, Teste t de Student, e análise de variância (ANOVA). A interpretação dos resultados dos testes foi realizada de acordo com a convenção científica, isto é, o resultado será chamado de estatisticamente significativo se o nível descritivo (p-valor) for menor que 0,05 (Nível de significância pré-estabelecido “ α ” igual a 5%).

Resultados e Discussão

Aspectos Gerais

Foram analisados 232 casos de abuso sexual de crianças e adolescentes registrados durante os anos de 2009 e 2012, em serviços especializados pertencentes a dois estados brasileiros. A partir da tabela 1, observa-se que o padrão de revelação/descoberta do abuso sexual foi identificado em 75% da amostra total, observando-se as seguintes ocorrências: *detecção acidental* (43,7%), *revelação intencional* (40,2%), *detecção por testemunha* (13,8%) e *revelação indireta* (2,3%). A predominância de detecção acidental ($p < 0,05$) na amostra pesquisada se coaduna às observações feitas por SgROI (1982) e Collings et al. (2005), os quais evidenciaram que a revelação intencional é menos comum que a detecção acidental, principalmente em amostras com predominância de abuso sexual intrafamiliar.

A idade das vítimas variou entre os dois e 17 anos, apresentando médias diferenciadas na época do abuso sexual ($M=9$; $DP=2,9$), na época da revelação/descoberta ($M=10,5$; $DP=2,9$) e na época dos atendimentos especializados ($M=11,6$; $DP=2,8$). Através do teste t de Student foi encontrada diferença significativa ($t= 3,62$; $p < 0,001$) entre as duas amostras (PA e RS) no que tange a idade das vítimas na época do abuso sexual e na época da revelação. Observou-se uma média de atraso (*delay*) de cerca de um ano entre a ocorrência do abuso sexual e a revelação/descoberta. E cerca de dois anos entre o abuso sexual e o início dos atendimentos especializados às vítimas. Este *delay* entre o abuso, a revelação e o início dos atendimentos pode significar um agravamento no prognóstico das vítimas. Existem evidências na literatura de que os indivíduos que falaram sobre o abuso sexual sofrido dentro de um ano na época do abuso apresentaram melhor saúde

mental do que aqueles que esperaram períodos longos de tempo, ou que nunca falaram sobre o episódio (O’Leary, Coohy, & Easton, 2010).

A idade dos agressores variou de 10 a 75 anos. Ao comparar as duas amostras, observou-se que a média de idade dos agressores na amostra paraense foi menor ($M=28,9$; $DP=16,1$) em relação à amostra do RS ($M=33,9$; $DP=17,2$). Através do teste qui-quadrado verificou-se que existe uma associação significativa ($p=0,0476$) entre a idade do agressor (até 30 anos e acima de 30 anos) e o local (PA e RS). No Pará, a proporção de agressores com idade de até 30 anos é maior (23,9%) do que aqueles acima de 30 anos (12,4%), e no Rio Grande do Sul a proporção é inversa: até 30 anos (19,3%) e acima de 30 anos (23,5%).

Na amostra total, as vítimas do sexo feminino representaram 83,6% dos casos, enquanto 16,4% corresponderam ao sexo masculino. A predominância de vítimas do sexo feminino foi observada em ambas as amostras, sendo uma tendência recorrente na literatura (Collings et al., 2005; Habigzang et al., 2005; Habigzang et al., 2011; Hershkowitz et al., 2005; Inoue & Ristum, 2008). O abuso sexual intrafamiliar foi verificado em 64,2% dos casos, em comparação ao extrafamiliar (25,1%). Entre os agressores intrafamiliares, identificou-se: o padrasto (26,0%); a madrasta (0,5%); o genitor (13,0%); e outros familiares (27,4%).

O receptor da revelação do abuso sexual foi identificado em 76,3% da amostra. A genitora das vítimas predominou como receptora (40,7%) seguida por indivíduos não familiares (36,2%), outros familiares (16,9%) e pelo genitor (6,2%), verificando-se assim, que a ocorrência de familiares como receptores da revelação do abuso sexual predominou em relação aos não familiares em ambas as amostras.

Tabela 1 – Frequência e média das variáveis coletados de acordo com a amostra.

Variáveis	Local	
	Pará (n=112)	Rio Grande do Sul (n=120)
Vítima		
<i>Idade (média)</i>		
Época do abuso	10,52	9,01
Época da revelação	10,71	10,49
Época dos atendimentos	10,79	11,59
<i>Sexo (%)</i>		
Feminino (n=194)	92	85
Masculino (n=38)	20	15
Agressores		
<i>Idade (média)</i>		
<i>Familiaridade com a vítima</i>		
Intrafamiliar (n=138)	20,85	33,91
Extrafamiliar (n=54)	49,5	22,5
Receptores da Revelação (%)		
<i>Familiares (n=113)</i>	45,2	23,5
<i>Não Familiares (n=64)</i>	18,4	12,6
Padrões de revelação/descoberta (%)		
<i>Intencional (n=70)</i>	29,2	31,1
<i>Indireto (n=4)</i>	2,7	0,8
<i>Testemunha (n=24)</i>	20,4	0,8
<i>Acidental (n=76)</i>	46,9	19,3

Padrões de Revelação/Descoberta e fatores associados

A partir da tabela 2 é possível observar as variáveis que foram associadas significativamente aos padrões de revelação/descoberta do abuso sexual.

Tabela 2. Variáveis associadas aos padrões de revelação e descoberta do abuso sexual.

Variável	Padrões de Revelação/Descoberta				Teste	p
	Intencional (n=)	Indireto (n=)	Testemunhal (n=)	Acidental (n=)		
Características das vítimas						
<i>Idade no abuso (média)</i>	10,90	6,50	8,83	9,51	F (4,644) = 50,5	0,04
<i>Idade na revelação (média)</i>	11,60	7,25	9,04	10,29	F (5,929) = 60,130	0,01
<i>Sexo</i>	45,5	7	12,6	41,3	$\chi^2(3) = 16,301$	0,01
Feminino (%)	16,1	9,7	19,4	54,8		
Masculino (%)						
Local						
<i>Pará (%)</i>	29,7	2,7	19,8	47,7	$\chi^2(3) = 17,855$	0,00
<i>Rio Grande do Sul (%)</i>	58,7	1,6	3,2	36,5		

A idade das vítimas que apresentaram revelação intencional foi significativamente mais alta na época da violência sexual sofrida ($M=10,90$) e na época da revelação do abuso ($11,60$), comparativamente às vítimas que apresentaram revelação indireta, e a detecção por testemunha ou acidental. Posteriormente, foi aplicada a análise de regressão logística (tabela 3) entre o tipo de revelação e idade das vítimas quando sofreram o abuso sexual. Em crianças com até 10 anos de idade na época da violência, a maior parte da descoberta do abuso sexual ocorreu, posteriormente, na forma de detecção acidental (37,2%), enquanto entre as crianças acima de 10 anos de idade na época da violência, a descoberta se deu na forma de revelação intencional pelas próprias vítimas (42,9%).

Tabela 3 – Distribuição da relação entre o padrão de revelação/descoberta e a idade das vítimas na época do abuso.

Tipo de revelação/descoberta	Idade das vítimas na época do abuso	p
------------------------------	-------------------------------------	---

	Até 10 anos		Acima de 10 anos		Não informado		
	n	%	n	%	n	%	
Detecção acidental	45	37,2	30	28,6	1	16,7	0,000
Detecção por testemunha	14	11,6	10	9,5	0	0,0	
Revelação Indireta	4	3,3	0	0,0	0	0,0	
Revelação intencional	22	18,2	45	42,9	3	50,0	
Não informado	36	29,8	20	19,0	2	33,3	
Total	121	100,0	105	100,0	6	100,0	

Teste G de Independência (α 5%).

Nota: Valores não informados não entram na aplicação do teste.

Tabela X : Estimativas dos Coeficientes, Erro Padrão, Nível Descritivo (p), Razão de Chance e Intervalo de Confiança da Regressão Logística Binária para os casos de abuso sexual sofrido por crianças e adolescente de acordo com a variável resposta (Y) sendo o Tipo de Revelação (Detecção ou Revelação).

Predictoras	Coeficiente	Erro Padrão	P	Razão de chances	IC (95%)
Constante	-0,819	0,235	0,00	-	-
Idade da vítima na época do abuso	0,937	0,32	0,003	2,553	1,363 — 4,783

Nota: IC = Intervalo de Confiança

As diferenças significativas observadas entre as idades das vítimas e os padrões de revelação são consistentes com os resultados previamente observados em outros estudos (Campis et al., 1993; Collings et al., 2005; Faller, 1988; Hershkowitz et al., 2005; Nagel et al., 1997; Sorenson & Snow, 1991), os quais indicam que vítimas com idades superiores são mais propensas a revelar intencionalmente, comparativamente às mais novas que podem se utilizar da revelação indireta. No presente estudo, as maiores ocorrências de revelação intencional se situaram nas faixas etárias de 10 a 13 anos (60%), e de 14 a 17 (22,9%), enquanto a revelação indireta correspondeu a faixas etárias de 6 a 9 anos (1%).

Do mesmo modo, foi encontrada associação significativa entre a idade das vítimas e a familiaridade destas com os agressores (tabela 4). Em relação aos agressores extrafamiliares da amostra, 39,0% das vítimas tinham até 10 anos de idade, já em relação aos agressores intrafamiliares essa proporção subiu para 59,7%. Assim, nos casos envolvendo abusos intrafamiliares nesta amostra, a maioria das vítimas tinham até 10 anos

de idade e nos abusos extrafamiliares a maioria possuía mais de 10 anos de idade. Tais dados se assemelham à literatura que aponta nos casos de violência contra crianças menores de 12 anos, uma predominância de agressores familiares ou conhecidos da família, enquanto o agressor extrafamiliar está associado à vítimas adolescentes (Inoue & Ristum, 2008). Estas configurações favorecem a não revelação, em decorrência da proximidade do agressor com a vítima, as estratégias de ameaça, o medo dos familiares em denunciar, etc. Tais dados também se refletem na constatação de que grande parte das vítimas que se engajaram na revelação intencional (42,9%) foram aquelas que possuíam idades maiores na época do abuso.

Tabela 4 – Distribuição da relação ente a idade das vítimas e a familiaridade com o agressor (intra/extrafamiliar)

Idade das vítimas	Extrafamiliar		Intrafamiliar		Não informado		P
	N	%	n	%	n	%	
Até 10 anos	32	39,0	89	59,7	0	0,0	0,0013
Mais de 10 anos	50	61,0	54	36,2	1	100,0	
Não informado	0	0,0	6	4,0	0	0,0	
Total	82	100,0	149	100,0	1	100,0	

Teste Qui-quadrado de Independência ($\alpha = 5\%$).

Análises realizadas através do teste do qui-quadrado ($\chi^2=16,30$; $gl=3$; $p=0,001$) evidenciaram que a revelação intencional foi predominante entre as meninas (45,5%), enquanto entre os meninos predominou a detecção acidental (54,8%), independentemente da amostra (tabela 2). Esta tendência tem sido apontada em estudos prévios (Hershkowitz, Horowitz, & Lamb, 2005; Lippert, Cross, Jones, & Walsh, 2009), os quais identificaram que as diferenças de gênero entre os sexos podem ser responsáveis por tais resultados, sendo menor o envolvimento dos meninos em contextos de revelação intencional, gerando a subnotificação nestes tipos de casos. Em decorrência de serem predominantemente

abusados por agressores do sexo masculino, os meninos apresentarão maior risco de serem estigmatizados diante da vitimização sofrida. O medo de ser rotulado como homossexual poderá ocasionar o retraimento destas vítimas diante da revelação (Faller, 1989, Goodman-Brown, 1994). Da mesma forma, a perpetração do abuso por mulheres poderá ser minimizada ou negada (Alaggia, 2005).

Na pesquisa desenvolvida por Collings et al. (2005), este concluiu que crianças abusadas por um membro familiar também apresentariam menores chances do abuso ser detectado por testemunhas, o que refletiria a dinâmica do segredo familiar envolvendo o abuso sexual. Entretanto, no presente estudo não foi encontrada associação ($p > 0,05$) entre o tipo de revelação e a relação da vítima com o agressor (intrafamiliar/extrafamiliar). Do mesmo modo, a idade do agressor não esteve associada ao padrão de revelação do abuso sexual ($p > 0,05$).

Através da tabela 2 também é possível verificar diferença significativa obtida ($p=0,00$) entre os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual e o local da amostra (PA ou RS). Na amostra extraída do Pará, o abuso sexual foi descoberto em sua grande parte de forma acidental (47,7%), enquanto no estado do Rio Grande do Sul este tipo de violência foi descoberto predominantemente por meio da revelação intencional das próprias vítimas (58,7%). No âmbito da detecção acidental do abuso sexual, observou-se em 12 casos oriundos do município de Abaetetuba (PA), a problemática da gravidez decorrente do abuso sexual em vítimas entre 13 a 17 anos de idade. Nesta amostra, o abuso sexual foi descoberto somente após a constatação de que as vítimas estavam em período gestacional proveniente do abuso sexual. Nestes casos, a idade dos agressores variou de 16 a 57 anos ($M=35$), com 16,7% ($n=2$) envolvendo familiares (genitor e padrasto) e 83,3% ($n=10$) envolvendo extrafamiliares. Tais achados não sustentam a premissa de que a revelação intencional é mais frequente quanto maior a idade das vítimas, corroborando as

observações acerca do padrão de U invertido verificado entre vítimas adolescentes (Baía et al., 2013; London et al., 2008).

Brussey e Grimberck (1995) esclarecem que, com o aumento nas habilidades cognitivas e sociais que envolvem as faixas etárias de crianças mais velhas e adolescentes, também há uma maior consciência dos custos e benefícios da revelação. Ou seja, o processo de revelação será mais auto regulado quanto mais maduras forem estas crianças/adolescentes. Neste sentido, considera-se que a eclosão da gravidez poderá ampliar nas adolescentes o medo em revelar a situação abusiva vivenciada, ainda que na maioria dos casos nesta situação os agressores tenham sido extrafamiliares (n=8). Explicita-se também a associação entre gênero feminino e maior propensão a se auto responsabilizar pela violência sofrida (Hunter et al., 1992).

Por outro lado, entende-se também que diferenças culturais (crenças, percepção e atitudes acerca do abuso sexual) estejam influenciando esses aspectos da revelação/descoberta desta violência nos diferentes contextos nacionais coletados (Pará e Rio Grande do Sul). Por exemplo, em quatro casos verificados no estado do Pará, os familiares das vítimas não reconheceram como abuso o envolvimento sexual das adolescentes com indivíduos maiores de 18 anos, negando-se inclusive a oficializar denúncia nos órgãos competentes.

A gravidez na adolescência tem sido associada ao histórico de violência sexual (Noll, Shenk, & Putnam, 2009), indicando que a situação de vulnerabilidade pode se apresentar de maneira diferenciada dependendo da faixa etária considerada. Em um estudo exploratório em cinco capitais brasileiras (Ecos, 2009), constatou-se que as adolescentes entre dez e 14 anos estão mais suscetíveis à falta de informação e mais expostas à violência sexual “pela própria falta de autonomia para negociar suas relações sexuais”. O estudo destaca também a assimetria na relação de poder existente entre os sexos, que tende

a ser agravada pela falta de autonomia e de conhecimento dos adolescentes, em função da idade, para decidir como e quando se relacionar sexualmente.

Considerações finais

Nas duas amostras nacionais examinadas, as dimensões de revelação e descoberta do abuso sexual foram associadas principalmente às características individuais das vítimas (idade, sexo), observando-se também diferenças significativas entre os dois contextos nacionais estudados. A observação do tempo transcorrido entre o abuso sexual, a revelação e o início das intervenções às vítimas se relaciona à perspectiva de que a revelação é um processo que se estende ao longo do tempo, e com raras exceções ocorre na época do abuso sexual (Elliott & Briere, 1994; Lamb & Edgar-Smith, 1994; Sjoberg & Lindblad, 2002). A revelação por si mesma não conduz necessariamente à melhora no desenvolvimento psicológico das vítimas (Lamb & Edgar-Smith, 1994), pois o período no qual ocorre a descoberta do abuso sexual também representa um contexto de instabilidade psicossocial à vítima e ao microsistema familiar, acarretando aumento nos problemas psicológicos, o que torna necessária a ação de profissionais especializados.

Evidenciou-se que a revelação intencional esteve associada às vítimas com médias de idades maiores (acima de 10 anos) na época do abuso sexual e na época da revelação, e também às vítimas do sexo feminino. Por outro lado, as vítimas masculinas apresentaram maior tendência ao abuso sexual descoberto por meio da detecção acidental, sendo reduzida a ocorrência de revelação intencional entre os meninos. A idade das vítimas também foi associada a familiaridade destas com os agressores (intra ou extrafamiliar). Neste tendência para que as vítimas abaixo de 10 anos de idade sendo possível analisar tal resultado sob a ótica de dois aspectos de risco à não revelação: o nível de desenvolvimento diferenciado das vítimas amplia a vulnerabilidade destas, e a

proximidade com o agressor reforça a manutenção do segredo. De fato, na amostra estudada, as vítimas mais novas à época do abuso sexual apresentaram menor tendência para a posterior revelação intencional, ocorrendo nestes casos a detecção acidental do abuso.

Entretanto, ainda que alguns estudos tenham encontrado indícios de associação da variável familiaridade vítima e agressor com a revelação do abuso sexual, na presente pesquisa não foi observada tal associação. Do mesmo modo que não se obteve relação entre os padrões de revelação e a idade do agressor. No primeiro caso, hipotetiza-se que, por se tratar de uma variável relacional (intrafa-extrafamiliar), é possível que seja mais vulnerável as diferenças contextuais, individuais às vítimas e agressores (idade, sexo), características particulares das dinâmicas do abuso sexual (severidade do abuso) e principalmente à outros aspectos relacionais, tais como o papel do receptor da revelação. Em relação ao segundo caso, neste estudo a variável idade do agressor esteve prejudicada em decorrência de não estar registrada em mais de 50% dos prontuários analisados.

A gravidez resultante de abuso sexual entre as vítimas adolescentes (11 a 17 anos) se constitui em um fator de risco para a não revelação, ampliando a situação de vulnerabilidade das vítimas que vivenciam tais situações, pois estas acabam não se engajando em formas intencionais de revelação por temer a responsabilização pela gravidez. Em contrapartida, muitas vezes o contexto familiar não reconhece a situação como abusiva, reforçando o vínculo de risco entre a vítima e o agressor.

O papel das mães como receptoras primordiais no processo de revelação também foi observado nos dois contextos nacionais investigados. Mas da mesma forma que a variável relacional (intra-extrafamiliar), não foram obtidas diferenças significativas entre os receptores e os padrões de revelação do abuso sexual.

Em suma, a presente pesquisa limitou-se à análise dos prontuários de casos de abuso sexual, sendo possível a inclusão prioritariamente dos prontuários com a presença dos principais fatores a serem investigados. Não obstante, os dados provenientes dos serviços especializados localizados em três municípios brasileiros apresentaram diferenças acerca dos padrões de revelação do abuso sexual. É primordial investigações futuras acerca dos aspectos culturais e/ou estruturais que possam agir como facilitadores ou bloqueadores à revelação do abuso sexual. Em contextos nos quais há a incidência de atitudes negativas e tabus acerca da sexualidade, a revelação da vitimização sexual será menos propensa a ocorrer (Alaggia, 2005). Complementarmente, quando o abuso sexual é perpetrado por um membro familiar, a revelação poderá resultar na desestabilização deste sistema, tornando ainda mais instável a situação de vítimas que vivem em contextos que reforçam a preservação familiar (Alaggia, 2001; Paine & Hansen, 2002). Além disso, fatores estruturais tais como a discriminação, migração e a pobreza são apontados como barreiras à revelação (Fontes, 1993), pois as vítimas que são marginalizadas em decorrência da discriminação associada à raça, etnia ou pobreza, poderão sentir-se menos empoderadas a revelar o abuso sexual (Alaggia, 2005).

CAPÍTULO III

Resumo

Baía, P.A.D. (2013). “*Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual infantil*”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. 21p.

O suporte materno pode funcionar como um moderador dos efeitos do abuso sexual no microsistema familiar das vítimas, maximizando as chances de ajustamento psicológico. Este estudo objetivou conhecer o suporte materno de mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente. Foram entrevistadas cinco mães de crianças e adolescentes que estavam sendo atendidas em uma instituição especializada no município de Abaetetuba-PA-Brasil. O suporte materno foi caracterizado a partir de três dimensões: acreditar na criança, suporte emocional, e ação protetiva. A falta de credibilidade inicial das mães em relação ao relato de suas filhas não afetou as ações protetivas. A maioria das cuidadoras relatou mudanças nas práticas maternas após a descoberta do abuso sexual. Observou-se a não participação de outros membros familiares no processo de acompanhamento psicossocial das vítimas. Discute-se a sobrecarga emocional destas cuidadoras, a manutenção do segredo acerca do abuso sexual e estratégias de intervenção familiar.

Palavras-chave: revelação, abuso sexual, suporte materno.

Abstract

Baía, P.A.D. (2013). *The maternal support on the discovery and disclosure of sexual abuse*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. 21p.

The maternal support can act as a moderator of the effects of sexual abuse in the family microsystem victims, maximizing the chances of psychological adjustment. This study aimed to characterize the maternal support of sexually abused children and adolescents. Five mothers of sexually abused children and adolescents were interviewed. The maternal support was characterized from three dimensions: believing the child, emotional support, and protective action. The initial lack of credibility of mothers in relation to the account of his daughters did not affect the protective actions. Most caregivers reported changes in maternal practices after the discovery of sexual abuse. Observed non-participation by other family members in the psychosocial process of the victims. Discusses the emotional burden of these caregivers, the maintenance of secrecy about sexual abuse and cultural aspects.

Key words: sexual abuse, disclosure, maternal support.

Introdução

O fenômeno da revelação/descoberta do abuso sexual tem sido estudado sob diferentes aspectos. Algumas pesquisas explicitam o papel de características individuais (idade, sexo), características relacionais, e influências culturais. Relatar a experiência de abuso sexual envolve estratégias cognitivas e de linguagem, o que resultará em diferentes padrões de revelação dependendo da faixa etária das vítimas. Envolve também aspectos interativos existentes no microsistema familiar: entre a(s) vítima(s) e seu(sua) cuidador(a), entre a(s) vítima(s) e os(as) agressores(as). Complementarmente, aspectos de socialização, diferenças de gênero, e sentimentos de culpa ou vergonha, poderão incidir sobre as vítimas e o microsistema familiar, facilitando ou dificultando o processo de revelação (Alaggia, 2001; Collings et al., 2005; Goodman-Brown et al., 2003; Paine & Hansen, 2002)

Sabendo-se que a revelação não é um fenômeno linear, e envolve aspectos interacionais na rede social das vítimas, a literatura aponta que a qualidade de suporte social recebida na época da descoberta do abuso sexual está diretamente associada ao funcionamento psicológico das vítimas. Entretanto, algumas consequências psicológicas advindas do abuso sexual, tais como o medo de intimidade e dificuldades para confiar, por exemplo, poderão também agir como obstáculos à ocorrência de suporte social. Pois a intimidade e a confiança são componentes essenciais para formar a rede de relações sociais (Jonzon & Lindblad, 2004).

No campo do suporte social, os estudos tem focado o fenômeno do suporte materno. Alaggia (2002) explica que os termos *reação materna*, *suporte* e *resposta materna* são usados de maneira indistinta ao longo dos estudos realizados na área, o que acarreta conceitualizações inconsistente, e dificuldades na área da avaliação e tratamento.

Por exemplo, em um estudo desenvolvido por Faller (1998), o suporte materno foi determinado através de uma escala Likert que media a protetividade materna e o suporte emocional à vítima. De forma específica, Heriot (1996) focou apenas a protetividade materna, considerando os seguintes critérios: ações realizadas pela mãe para separar ela própria e a criança do contato com o(a) agressor(a). Em Sirles and Franke (1989), os autores limitaram sua medida para saber se a criança foi ou não acreditada pela mãe. De outra forma, em Everson et al. (1989), o suporte materno foi medido através do Parental Reaction to Incest Disclosure Scale (PRIDS), considerando-se três aspectos: acreditar na criança, suporte emocional, e ações tomadas em relação ao agressor.

As reações das mães diante da descoberta ou revelação do abuso sexual de seus(suas) filhos(as) pode ser crítico para determinar como estas vítimas irão se ajustar aos estressores advindos da experiência abusiva, da revelação e se conseguirão adaptar-se inclusive ao processo de intervenção (Simith et al., 2010). Uma resposta considerada positiva ou suportiva tem sido frequentemente caracterizada pela demonstração de preocupação, empatia, e acreditar na vítima, enquanto uma resposta negativa e não suportiva é caracterizada pela culpabilização da vítima, negação ou minimização do evento abusivo, e inclusive o abandono da vítima pela genitora em alguns casos (Lamb & Edgar-Smith, 1994; Mize, Bentley, Helms, Ledbetter, & Neblett, 1995; Schatzow & Herman, 1989).

O suporte materno

O suporte materno enquanto objeto de estudo representa a possibilidade de ampliar os fatores de proteção no microsistema familiar no qual as vítimas estão inseridas, pois a ausência ou o suporte materno reduzido são associados, por exemplo, a) à retirada das

crianças e adolescentes de suas residências, o que poderá reforçar o sentimento de descrédito, culpa e auto responsabilização destas vítimas; b) ao funcionamento psicológico das vítimas após o abuso; c) ao suporte materno inadequado por acarretar também relutância das cuidadoras em aderir ao tratamento de seus(suas) filhos(as), comprometendo assim os serviços psicossociais oferecidos às vítimas e seus familiares (Alaggia, 2002).

Em um estudo realizado por Adams-Tucker (1982), observou-se que a ausência de suporte por um cuidador primário foi associada a altas taxas de problemas comportamentais das vítimas, incluindo, por exemplo: retraimento comportamental, tentativas de suicídio, fugas do lar, tentativas de incendiar o ambiente doméstico, e agressão. Em uma pesquisa com 10 mães de meninas vítimas de abuso sexual, Santos e Dell'Aglio (2009) observaram que as respostas das mães quanto à notícia de abuso sexual de suas filhas centravam-se em duas dimensões: credibilidade e ação. As autoras explicam que a credibilidade refere-se ao fato destas mães acreditarem ou não na veracidade do relato de abuso sexual de suas filhas, enquanto que a dimensão da ação está relacionada a ter ou não a iniciativa de realizar a denúncia. Complementarmente, as respostas das mães foram classificadas em duas categorias: reações positivas (n=8) e ambivalentes (n=2). Esta pesquisa traz alguns dados similares aos de Bolen e Lamb (2007), no qual se observou que a ambivalência e o suporte materno podem ser constructos independentes. Outro estudo (Malloy, Lyon & Quas, 2007) classificou as genitoras como não suportivas nos seguintes casos: inicialmente expressaram descrença ou ceticismo acerca da alegação de abuso sexual, utilizaram expressões verbais diretas para que a criança retratasse a alegação, culpavam a vítima, permaneceram em envolvimento romântico ou interpessoal com o agressor mesmo após a descoberta do abuso sexual (ou seja, o cuidador continuou a morar junto com o agressor). Ou então forçaram a criança a deixar a casa, após descoberta do abuso. Hershkowitz, Lanes, e Lamb (2007) encontraram dados mais gerais: a maioria das

cuidadoras (75%) ofereceu suporte às vítimas de abuso sexual apenas quando o perpetrador do abuso era um estranho. Ao contrário, quando o abusador era conhecido da família, apenas 11% dos cuidadores ofereceram suporte à vítima.

Deste modo, o suporte materno é entendido como um construto multidimensional, consistindo em: 1) credibilidade da mãe em relação à revelação da vítima; 2) ações protetivas no sentido de prevenir outras vitimizações da criança ou iniciar intervenções e 3) reconhecimento e suporte ao possível stress da criança que se segue após o abuso e a revelação (Smith et al., 2010).

O suporte materno tem sido positivamente associado com um prognóstico saudável para as vítimas após a descoberta do abuso sexual, e as reações maternas nestes contextos são consideradas essenciais para determinar como a vítima irá se ajustar diante dos estressores contingentes à revelação. Em contrapartida, se não há um suporte materno adequado, isto poderá gerar na vítima a utilização de estratégias de enfrentamento disfuncionais (por exemplo: esquiva, auto culpabilização, entre outros) (Smith et al., 2010).

Assim, este estudo objetivou caracterizar o suporte materno de mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com questões relacionadas às seguintes dimensões: credibilidade, suporte emocional e ação protetiva. A escolha destas três dimensões como parâmetro para a caracterização do suporte materno está relacionada à sua presença recorrente em outros estudos, os quais atestam que o grau de credibilidade sobre os relatos feitos pelas vítimas, a empatia pelo stress da criança, ausência de rejeição ou emoções negativas, e tentativas para manter a criança afastada do agressor são domínios importantes para a adaptação das vítimas após a revelação/descoberta do abuso sexual.

Método

Participantes

Participaram deste estudo cinco genitoras de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar (n=1) e extrafamiliar (n=4). As mães e suas filhas estavam recebendo atendimento psicossocial em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado no município de Abaetetuba (PA). Estas mães possuíam idades variando de 24 a 50 anos, com a escolaridade do ensino fundamental ao médio completo.

O município de Abaetetuba (Pará) faz parte da Microrregião de Cametá e Mesorregião Paraense, com uma área aproximada de 1223,47 km² e população de 141,100 hab., com uma densidade em torno de 115,29 hab/km². Está distante cerca de 101,5 km da capital Belém. A atividade econômica predominante é o setor primário e terciário. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Abaetetuba foi de 0,628, em 2010, o que o situa na faixa de IDHM Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699) (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013)

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão das participantes na amostra: a) genitoras com idade acima de 18 anos; b) que estavam coabitando com as vítimas quando ocorreu a descoberta/revelação do abuso sexual; c) mães que não foram denunciadas como agressoras sexuais.

Instrumentos e procedimentos

Em uma primeira fase, o pesquisador reuniu-se com a equipe técnica do CREAS-Abacetuba, objetivando explicar o projeto e os procedimentos a serem realizados. Foi disponibilizado o Termo de Concordância da Instituição (Apêndice 1). Considerando os aspectos éticos da confidencialidade, os profissionais técnicos do CREAS informaram sobre a realização da pesquisa às mães que estavam em atendimento no CREAS. Na terceira fase, as participantes que aceitaram participar da pesquisa compareceram ao CREAS em hora e data agendadas. O pesquisador realizou a leitura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Apêndice 2), e após a assinatura deste documento pelas participantes, iniciou-se as entrevistas.

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas (Apêndice 3) com o objetivo de conhecer o suporte materno de genitoras após a descoberta do abuso sexual sofrido pelas suas filhas. As entrevistas foram realizadas nas dependências da instituição com duração média de uma hora cada. A entrevista semiestruturada foi elaborada baseando-se em estudos prévios (Smith et al., 2010), a partir dos quais formularam-se questões associadas as seguintes dimensões do suporte materno: *acreditar na criança* (o grau de credibilidade da mãe em relação à descrição sobre o abuso feita pela própria vítima), *suporte emocional* (empatia pelo estresse experimentado pela vítima, ausência de rejeição ou emoções negativas), e *ação protetiva* (manter a criança segura de possíveis abusos futuros e realizar denúncias)

O estudo seguiu as normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que regulamenta as normas aplicadas a pesquisas que envolvem, diretamente ou indiretamente, seres humanos.

Análise dos dados

Os dados oriundos das entrevistas realizadas com as mães foram tratados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2006), averiguando-se as seguintes dimensões de suporte materno: acreditar na criança, suporte emocional, e ação protetiva.

Resultados

Características da amostra

Foram entrevistadas cinco mães de crianças vítimas de abuso sexual, com idades variando de 24 a 50 anos. Com exceção da participante 3 (casada) e participante 2 (convivente), todas as demais eram solteiras ou separadas. A quantidade da prole de cada genitora variou de um a três filhos(as). Todas as mães realizaram a denúncia do abuso sexual de suas filhas.

Através da Tabela 1 observa-se que a idade das vítimas variou de quatro a 13 anos. Todos os agressores tinham idades acima de 18 anos, e o abuso sexual foi predominantemente extrafamiliar (n=4), denunciados pelas genitoras em sua grande maioria (n=5). Acerca da descoberta/revelação do abuso sexual, registrou-se um caso no qual a genitora foi testemunha do abuso sexual (detecção por testemunha), três casos nos quais as genitoras observaram mudanças comportamentais/físicas e descobriram o abuso sexual, e um caso envolvendo diretamente revelação intencional.

Tabela 1
Dados Sóciodemográficos e informações do abuso sexual.

Participante	Idade	Situação Profissional	Situação conjugal	Nº de filhos	Idade da vítima	Agressor(a)	Idade do agressor
1	24	Vendedora	Solteira	01	4	Extrafamiliar	50 anos
2	28	Operadora de caixa	Convivente	01	8	Intrafamiliar	+ 18 anos
3	37	Funcionária pública	Casada	03	11	Extrafamiliar	+ 18 anos
4	42	Do lar	Separada	02	6	Extrafamiliar	+ 18 anos
5	50	Funcionária pública	Separada	02	13	Extrafamiliar	21 anos

Dimensões do suporte materno

Acreditar na criança

A partir das entrevistas realizadas, observou-se que todas as genitoras afirmaram, inicialmente, ter acreditado no relato de suas filhas na época da descoberta do abuso sexual. Posteriormente verificou-se que esta credibilidade não foi imediata, pois as cuidadoras buscaram indícios comportamentais ou externos para reforçar e confirmar os relatos.

Estas participantes apontaram como fatores importantes para a credibilidade: mudanças comportamentais por parte das vítimas: “*A mudança comportamental foi muito grande. Eu senti, ela não queria ir pra escola. Isso aí está estranho*” (Participante 3); a cena testemunhada: “*Ninguém me contou, eu vi*” (Participante 1”), e a confirmação do abuso sexual por profissionais especializados “*Eu só consegui acreditar quando eu fui em B... e ela contou detalhadamente pra psicóloga*” (Participante 5).

Os relatos iniciais das vítimas não foram suficientes para suprir as dúvidas das genitoras, levando-as a se utilizar de questionamentos (perguntas abertas e fechadas) após a descoberta do abuso sexual. Verificou-se que tais questionamentos estiveram centrados principalmente em: a) identificação do agressor; b) verificar se houve penetração e/ou violências físicas diversas; c) histórico de outras experiências abusivas.

“*Eu fiquei insistindo, eu não parei. Eu ficava conversando com ela. Foi aí que a conselheira falou pra eu não conversar muito pra ela não se assustar. Mas como eu ‘vo’ ficar de braços cruzados? E todo o momento em que eu perguntava, ela falava mais as coisas. Porque a criança quando mente, fala uma coisa, e depois muda. E ela não, sempre repetia*”. (Participante 1).

De forma geral, a credibilidade das genitoras em relação à possibilidade das filhas terem vivenciado abuso sexual envolveu três aspectos principais:

a) a maneira como o abuso sexual foi descoberto

“Ninguém me contou, eu vi” (participante 1)

b) práticas maternas no microsistema familiar antes do abuso sexual.

Observou-se que algumas cuidadoras remeteram-se às práticas maternas anteriores ao abuso sexual como forma de justificar e garantir que acreditaram no relato de suas filhas, independentemente se o abuso foi descoberto ou revelado pelas próprias crianças.

“Porque eu compro uns livros pra ela, e toda noite eu leio. E eu falo pra ela: É feio mentir, papai do céu fica triste. E eu nunca senti que ela minta pra mim. Tudo que acontece ela fala pra mim. Às vezes eu fico em dúvida e pergunto pra professora. E por aí eu tiro, que ela não mentiu” (Participante 1).

“Eu criei elas de um jeito que tudo o que ela fizesse, ela ia me contar”. “Acho que depende da educação que eu dei. Ela sabia que ia ter apoio.” (Participante 5).

c) a natureza do relato das vítimas.

As participantes explicitaram a expressão de emoção das vítimas no momento em que houve o relato ou a descoberta do abuso sexual.

“Não achei que ela tivesse mentindo. Eu vi no semblante dela, ela falava, ela chorava. Ela não é assim de chorar.” (Participante 5)

“Não tive dúvidas, ela não mentiu em nenhum momento. Ela é muito sincera. Se ela tiver que falar, ela fala, doa ou não. ela guardou por algum tempo, mas ela não deixou de falar a verdade.” (Participante 3)

“E todo o momento em que eu perguntava, ela falava mais as coisas. Porque a criança quando mente, fala uma coisa, e depois muda. E ela não, sempre repetia”.

(Participante 1)

Suporte emocional

A partir das entrevistas realizadas, observou-se que a maioria das cuidadoras demonstrou empatia em relação às suas filhas, com a presença de sentimentos de tristeza, raiva em relação ao agressor, e o reconhecimento de que a situação abusiva acarretaria dificuldades a nível psicológico e físico para as vítimas.

Este suporte emocional se apresentou nas falas das participantes de duas maneiras:

a) noções sobre infância;

“a criança quando fica com medo é porque é verdade. Alguma coisa de ruim tinha acontecido” (Participante 4)

“Não acredito que ela poderia ter feito algo para impedir, pois ela é uma criança indefesa” (Participante 2)

b) práticas maternas anteriores ao abuso sexual.

“Acho que depende da educação que eu dei. Ela sabia que ia ter apoio”(Participante 5).

“Ela é uma criança que não é de se chegar perto de alguém desconhecido. Porque eu não eu saía com ela com pessoas desconhecidas. Eu acho que se ele tentasse, ela não ia deixar”. (Participante 1)

Entretanto, verificou-se também que pelo menos duas participantes questionaram as vítimas acerca da possibilidade de evitar o contato sexual com o agressor:

“foi a primeira coisa que eu falei: ‘Foi quatro vezes, por que minha filha? Se na primeira vez, ele já te levou pra um lugar inadequado, porque ainda teve outras vezes... por que você não refletiu, Porque você deixou acontecer?.’” (Participante 3)

“Como eu falei, quando a gente não conhece uma pessoa, a gente não vai. Se tu ‘tava’ conversando com a tua colega, por que ‘tu foi’?”(Participante 5)

Ação protetiva

Os dados gerais mostram que a maioria das cuidadoras denunciou os agressores, sendo que as principais atitudes tomadas foram: a) averiguar a situação física das vítimas (buscar indícios de penetração e/ou quaisquer outras violências físicas); b) colocar a vítima em segurança junto a um familiar; c) procurar o conselho tutelar ou a delegacia da localidade; d) comparecer ao CREAS. Todas as participantes entrevistadas acreditam que agiram de maneira correta após a descoberta do abuso sexual.

Discussão

A amostra desta pesquisa foi composta predominantemente por casos de abuso sexual extrafamiliar, os quais são associados a suporte materno mais adequado em comparação a contextos de abuso intrafamiliar (Faller, 1988; Hershkowitz, Lanes, & Lamb, 2007; Sirles & Franke, 1989). As cuidadoras que não se encontram em relacionamento afetivo/sexual com os agressores na época do abuso sexual poderão vivenciar menos conflitos para conciliar o seu papel de cuidadora em relação à vítima e o dever em denunciar o agressor (Pintelo & Zuravin, 2001). Nestes casos, ainda que as genitoras sejam confrontadas com o evento traumático associado à descoberta ou revelação do abuso, elas não se sentirão obrigadas a escolher, por questões de lealdade e fidelidade, entre as vítimas e os agressores.

As dimensões de suporte materno tratadas na literatura mostraram-se presentes no contexto nacional estudado. Inicialmente, todas as genitoras relataram credibilidade em relação ao relato de abuso sexual de suas filhas e suporte emocional à experiência traumática. Mas posteriormente, as genitoras afirmaram que necessitaram de indícios complementares para acreditarem nos relatos, além de procederem com questionamentos às vítimas e inclusive verificando se suas filhas poderiam ou não ter evitado o abuso sexual.

Há evidências na literatura mostrando que as genitoras, quando são entrevistadas acerca do suporte materno, tendem a apresentarem-se socialmente aceitáveis nas dimensões de credibilidade e suporte emocional. Smith et al. (2010) sugerem que as mães cujos filhos estão em acompanhamento em decorrência do abuso sexual, reconhecem que sua função exige fornecimento de algum grau de segurança e auxílio para enfrentamento da situação traumática. Entretanto, isto não evitaria que estas genitoras emitissem

perguntas e expressarem preocupação em torno da revelação do abuso sexual. De fato, neste estudo, os questionamentos das genitoras objetivaram saber, principalmente, a identificação do agressor, verificar se houve penetração e/ou violências físicas diversas, e o histórico de outras experiências abusivas.

Da mesma forma, em um estudo desenvolvido por Coohy e O'Leary (2008), constatou-se que as genitoras que apresentaram suporte materno (acreditaram nos relatos das vítimas e implementaram ações para protegê-las), foram também aquelas que realizaram mais perguntas aos seus filhos acerca do abuso sexual. Estes autores justificaram estes dados a partir das asserções propostas por Crittenden (1993).

Crittenden (1993) propôs que as percepções, interpretações e ações maternas podem explicar se estas cuidadoras irão negligenciar seus(suas) filhos(as). Assim, o processamento da informação para as cuidadoras se inicia com um sinal de que seus(suas) filhos(as) estão com necessidades não atendidas. Se estas cuidadoras não percebem tais necessidades, não haverá processamento das informações e conseqüentemente, nenhuma ação protetiva poderá ocorrer. Em contextos de abuso sexual, as cuidadoras poderão receber informações acerca da violência através de diferentes fontes que sinalizam tais necessidades de proteção. Tais fontes poderão consistir, por exemplo, em uma denúncia formal feita pelas autoridades, a revelação feita pela própria vítima, a observação de sinais físicos/comportamentais, etc.

Na amostra total deste estudo, em três casos foram as informações de caráter físico e verbal das vítimas que se constituíram nas fontes de informação para que as genitoras determinassem se o abuso tinha ou não ocorrido, o que reforça tendências similares observadas por Plummer (2006) e Santos e Dell'Aglio (2013). Assim, o padrão comportamental de questionar as vítimas se configura em uma estratégia das cuidadoras

para ampliar a compreensão sobre o abuso, e avaliar o grau de necessidade das vítimas com fins a efetivar as ações de proteção.

No que tange à dimensão da ação protetiva, verificou-se que todas as genitoras, após a descoberta do abuso sexual, buscaram afastar as vítimas do contato com o agressor, mantendo-as sob a sua supervisão ou sob os cuidados de um familiar responsável, realizaram a denúncia contra os agressores, e se engajaram no acompanhamento psicossocial às vítimas.

Adicionalmente, ao longo das entrevistas, foi possível observar que pelo menos quatro participantes apresentaram queixa à rotina de procedimentos psicossociais e judiciais, declarando que se sentiam sobrecarregadas, constrangidas em frequentar as instituições competentes, e com alterações nas rotinas laborais. No estudo realizado por Santos e Dell'Algio (2013) também foi constatado que as medidas de proteção levadas a cabo pelas genitoras estiveram relacionadas a mudanças na rotina e dinâmica familiar, sendo possível que se estendam também aos demais membros da família.

Acerca da participação de outros familiares (genitor, tios, avós, por exemplo) nos procedimentos psicossociais e judiciais, foi observado que, em pelo menos três casos estudados, as mães biológicas informaram que haviam se recusado a contar aos genitores de suas filhas sobre o episódio de abuso sexual, evidenciando dificuldades ao nível da intimidade e confiança (Jonson & Lindblad, 2004). As próprias cuidadoras haviam retido a informação do abuso sexual, em decorrência de conflitos conjugais, vergonha, e medo de que as consequências advindas da descoberta fossem tão piores quanto o próprio ato em si. Estas observações coadunam-se com a afirmação de Fontes e Plummer (2010), mostrando que as crianças e seus familiares são influenciados pela consciência de que os outros – tanto dentro quanto fora da sua cultura e rede social – estão observando, julgando, encorajando e demandando certas respostas.

Entretanto, considera-se que, quando estas cuidadoras retêm a informação sobre o abuso sexual de suas filhas, não inserindo o genitor e outros familiares nos procedimentos psicossociais, a rede de suporte social se cristaliza unicamente no nível do suporte materno, acarretando sobrecarga psicológica e emocional às genitoras. Algumas destas mães relataram sentirem-se “sozinhas” ao longo dos procedimentos psicossociais ofertados às vítimas. Também demonstraram insatisfação acerca da necessidade de comparecer aos atendimentos, pois em muitos casos precisavam se ausentar das atividades laborais. Uma destas genitoras relatou: *“Eu tive que largar o meu emprego para conseguir vim toda semana trazer ela aqui...”* (participante 4).

De outra forma, ainda que a descoberta do abuso sexual acarrete dificuldades a nível pessoal e social, três participantes verbalizaram que, após tomarem conhecimento do abuso sexual de suas filhas, buscaram acentuar suas práticas maternas no campo da supervisão comportamental, diálogo e estabelecimento da confiança na relação com a vítima. Por exemplo, a participante 1 verbalizou: *“... Eu mudei mais com ela. Eu nunca fui de me descuidar. Mas nesse dia eu não sei o que foi (...). E quando eu olhei na janela, ela não ‘tava’... aí eu fui procurar. Quer dizer, eu sempre fui uma mãe que sempre ‘tava’ ali no lado dela. Eu só deixava ela com a minha mãe. Agora eu passei a ser mais assim com ela. Se eu ‘to’ na minha casa com ela, por mais que eu ‘teja’ só eu e ela, eu falo: ‘minha filha, quando eu te chamar tu vem!’*

Em outros estudos no contexto internacional (Plummer et al., 2009) e nacional (Santos & Dell'Aglio, 2013), também foi constatado que algumas genitoras perceberam mudanças positivas (mais protetivas, próximas e atentas) no relacionamento com a prole após a descoberta do abuso sexual.

Os relatos emocionados destas cuidadoras revelaram ao entrevistador o sentimento de vergonha que estas experimentavam diante da descoberta do abuso sexual. E

inclusive dificuldades para emitir tais informações para outros indivíduos. Estas mães mencionaram o medo de serem julgadas pela comunidade na qual estavam inseridas, ou o que poderia acontecer caso a comunidade tomasse conhecimento do fato ocorrido com as suas filhas. Inclusive, ao longo do procedimento de contatar tais participantes para a pesquisa, a maioria daquelas que não aceitaram conceder a entrevista, também mencionaram a “vergonha” e o medo de serem “reconhecidas” pelo entrevistador.

O conceito de vergonha pode ser entendido a partir de dois níveis principais: a) proteger o *interesse da criança*, sendo que é quase sempre reforçado pelos valores, leis ou tradições da coletividade, baseando-se nos efeitos imediatos ou a longo prazo do abuso sobre a criança. Estas situações também poderão se estender para os casos de gravidez na adolescência ou aborto; b) A segunda dimensão está relacionada a proteger ou preservar o *melhor interesse da família*, principalmente em contextos de abuso intrafamiliar. Nestes contextos, haverá tentativas para evitar o sentimento de vergonha e a possível estigmatização que poderá surgir após a descoberta do abuso sexual, não apenas para o agressor, mas para todo o sistema familiar (Boakye, 2009).

Boakye (2009) denomina esta segunda dimensão como o “problema da vergonha coletiva” (*collective shame problem-CSP*). Define como uma tendência apresentada por indivíduos de um grupo particular (família, clã ou linhagem), para sentirem-se ou expressarem um forte sentimento de embaraço após uma atitude ou comportamento indesejado emitido por um membro do grupo. Tais atitudes ou comportamentos são considerados pelos indivíduos com potencial para ferir ou ameaçar a reputação do grupo como um todo.

A sensação de vergonha coletiva vivenciada por um membro familiar poderá variar dependendo dos seguintes aspectos: a) o que constitui uma família em uma sociedade específica; 2) a importância que os membros atribuem à família, e 3) os valores

compartilhados na sociedade. Assim, Boakye (2009) propõe que em um ambiente cultural aonde o senso de identidade e honra do indivíduo são fortemente ligadas à família, a tendência para apresentar uma proteção indiscriminada aos interesses coletivos será maior, em detrimento ao interesse individual (vítimas de abuso sexual intrafamiliar, por exemplo). Com isto, Boakye (2009) argumenta que a revelação do abuso sexual e a posterior denúncia aos órgãos competentes poderão ser mais difíceis nas sociedades com características coletivistas do que naquelas predominantemente individualistas (Boakye, 2009).

Considerações finais

Na presente pesquisa foi possível observar que a natureza da situação abusiva (extrafamiliar) não alterou a possibilidade de que as cuidadoras apresentassem padrão comportamental de questionar as vítimas sobre o abuso sexual. Entende-se que isto não consistiu em descrédito aos relatos das vítimas, mas em estratégias utilizadas pelas mães para processar a informação acerca da violência vivenciada pelas suas filhas, para posteriormente se engajar em ações protetivas.

As participantes também verbalizaram sentimento de culpa atrelada às práticas maternas. Demonstraram a percepção disfuncional de que a maneira como cuidavam de suas filhas na dimensão de supervisão comportamental e diálogo, pode ter propiciado um contexto de risco para a ocorrência do abuso sexual. Conseqüentemente, estas genitoras verbalizaram mudanças comportamentais com fins a uma maior supervisão comportamental, além do estabelecimento de diálogo e confiança com sua prole.

A presente pesquisa se mostrou limitada porque não utilizou um instrumental metodológico para acessar os fatores culturais presentes no contexto estudado. Entretanto, a eclosão do fator vergonha entre as cuidadoras, e os esforços destas para a manutenção do segredo acerca do abuso sexual de suas filhas, assinala a necessidade de pesquisas futuras a fim de investigar de que forma as dinâmicas culturais podem afetar as atitudes tanto das vítimas quanto das cuidadoras em relação à temática do abuso sexual.

Sugere-se que as instituições de atendimentos especializados às vítimas de abuso sexual integrem em seus protocolos de atendimento, inclusive nas etapas iniciais de anamnese e acolhimento, a avaliação acerca do suporte materno. Esta avaliação objetivará, por exemplo: a) diagnosticar o nível de suporte materno; b) verificar a organização do microsistema familiar das vítimas: vínculo, estrutura, relação genitor e genitora,

instabilidades relacionais advindas da descoberta do abuso sexual; c) reforçar a importância do suporte familiar no processo de acompanhamento psicossocial às vítimas.

Em casos de abuso sexual extrafamiliar e intrafamiliar nos quais o genitor ou outros familiares não são os agressores, é necessário estimular a participação do sistema familiar como um todo, de forma a evitar a sobrecarga emocional da genitora. Necessário também é a realização de pesquisas buscando avaliar de que formas os estilos parentais utilizados no microsistema familiar estão correlacionados ao suporte materno em contextos de descoberta e revelação do abuso sexual, como forma de propor estratégias de intervenção em contextos familiares com déficit no suporte familiar.

CAPÍTULO IV

Conclusões

Esta pesquisa objetivou caracterizar os padrões de descoberta/revelação do abuso sexual, verificando-se a relação destes padrões com os fatores individuais das vítimas e agressores (idade, sexo) e relacionais (familiaridade e receptor da revelação). E caracterizar o suporte materno de mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Através da análise de 232 prontuários de casos de abuso sexual, observou-se que as vítimas entre 10 a 13 anos e 14 a 17 anos apresentaram maior tendência para revelar o abuso sexual de maneira intencional, enquanto a revelação indireta correspondeu a faixas etárias de seis a nove anos. De outro modo, a detecção acidental envolveu vítimas de seis a nove anos, de dez a 13 anos, e de 14 a 17 anos. A ocorrência de padrões de revelação específicos à faixa etária das vítimas se constitui em uma tendência recorrente na literatura da área. Os dados desta pesquisa possibilitaram observar que esta tendência também se confirmou em ambos os contextos nacionais estudados. Aspectos de desenvolvimento (linguagem, cognição) parecem ser mais determinantes na dimensão da revelação pela própria vítima (intencional ou indireta). Ao contrário, na dimensão de descoberta (detecção acidental ou testemunhal), torna-se de vital importância o papel do meio social (família, escola, comunidade, profissionais, por exemplo) na detecção dessas formas de violência. Sendo que na presente pesquisa, este padrão não se restringiu a uma única faixa etária, abarcando as vítimas com diferentes idades.

Foi possível observar também uma associação entre padrões de revelação e o sexo das vítimas. A amostra de meninas esteve mais relacionada ao padrão de revelação intencional, enquanto entre os meninos predominou a detecção acidental. A influência do gênero entre os sexos necessita ser explorado tanto no campo da intervenção psicossocial

quanto nas políticas públicas de prevenção para este tipo de violência. Complementarmente, evidenciou-se também que os padrões de revelação ocorreram de forma diferenciada dependendo do contexto nacional estudado. Possíveis diferenças culturais ou estruturais, independente das características individuais ou relacionais, podem também incidir no processo de revelação e descoberta do abuso sexual. Sugere-se que as políticas públicas no campo da intervenção e prevenção ao abuso sexual considerem, de forma integrada, os aspectos associados aos papéis de gênero e questões culturais sobre o abuso sexual. Para tanto, deve-se explorar a realidade cultural de cada contexto (crenças, atitudes, percepções), de forma a avaliar quais aspectos poderão contribuir como barreiras ao processo de revelação/descoberta do abuso sexual e à continuidade do acompanhamento psicossocial às vítimas.

Foi possível situar a genitora das vítimas como receptora primordial, principalmente nos casos de abuso sexual extrafamiliar. No município brasileiro no qual se estudou o suporte materno (Abaetetuba-PA), verificou-se, através do relato destas genitoras, que a vergonha, a culpa e a manutenção do segredo frente à descoberta do abuso sexual dificultam a maximização da rede de apoio familiar. Com isto, há a vivência de sobrecarga emocional, com o risco de que tais genitoras abandonem o processo de intervenção psicossocial ofertado às vítimas.

A relação de confiança que se estabelece entre a vítima e o seu confidente (ou aquele que descobre o abuso) poderá sofrer os efeitos das dinâmicas do abuso sexual (se envolveu agressor familiar, por exemplo), levando inclusive algumas vítimas a optar por não revelar diretamente para as cuidadoras. O desenvolvimento de campanhas de prevenção ou intervenção sobre a temática da revelação do abuso sexual deve considerar também a figura do receptor, seja este um familiar ou não, possibilitando orientações e

instruções sobre como cada um pode proceder, caso seja escolhido como receptor por uma vítima.

A presente pesquisa apresentou algumas limitações. A primeira se relaciona ao fato de que foram analisados prontuários de casos de abuso sexual denunciados às autoridades competentes e em atendimentos nos serviços especializados. Tais dados não se constituem necessariamente como representativos dos padrões de revelação na população em geral. Por exemplo, de acordo com Smith et al. (2000), embora cerca de 72% de crianças e adolescentes vitimizadas revelem a violência sexual sofrida para alguém ao longo de suas vidas, somente 12% destes casos são denunciados às autoridades. Entretanto, o estudo destes casos que chegam até as autoridades competentes permitiu caracterizar os padrões de revelação e encontrar associação com alguns fatores. Deste modo, os serviços de atendimento especializados às vítimas de abuso sexual, bem como as políticas públicas no campo da prevenção e intervenção, necessitam considerar a influência da idade das vítimas e dos agressores, o sexo das vítimas, e também os aspectos culturais como variáveis que incidem no processo de revelação. A segunda limitação constatada foi a predominância de casos de abuso sexual extrafamiliar no estudo sobre o suporte materno. Os resultados obtidos devem ser considerados levando em consideração as dinâmicas deste tipo de abuso, nas quais geralmente o agressor não habita o mesmo lar das vítimas, ou não se constitui em um companheiro afetivo das genitoras. Estudos futuros poderiam utilizar-se de uma metodologia que pudesse comparar o suporte materno em contextos de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, com a ampliação da amostra. A terceira limitação refere-se à não utilização de um instrumental metodológico (questionário, entrevista, análise de documentos, pesquisa de campo, por exemplo) para conhecer, explorar e caracterizar fatores culturais tais como crenças, atitudes, percepções e formas de organização (coletivista x individualista) em cada um dos contextos nacionais

investigados. Os contextos nacionais estudados possuem características próprias sob diversos aspectos, os quais podem se refletir na maneira como o abuso foi descoberto/revelado, e inclusive o acesso das vítimas aos serviços de atendimento.

Na presente pesquisa foi encontrada uma diferença média de cerca de um ano entre o abuso sexual, a descoberta/revelação e o início dos atendimentos às vítimas. Sugere-se que pesquisas futuras busquem fatores de cunho cultural e estrutural nos contextos a serem estudados, isolando estas variáveis. Posteriormente, um delineamento longitudinal poderá avaliar o desenvolvimento psicossocial das vítimas e as dinâmicas familiares ao longo das diversas fases de desenvolvimento destas crianças e adolescentes, buscando compreender: a) de que maneira os padrões de revelação poderão se diferenciar dependendo das dinâmicas culturais e estruturais daquele contexto; b) se a forma como o abuso foi revelado ou descoberto poderá impactar o processo de intervenção às vítimas ou determinar a entrada destas crianças e adolescentes na rede de atendimento especializado; e c) se o suporte materno ou familiar oferecido à vítima poderá ser afetado pela maneira como o abuso foi descoberto ou revelado.

Assim, a caracterização dos padrões de revelação/descoberta do abuso sexual e do suporte materno, permitiu traçar um perfil de como este tipo de violência transita do silêncio para a denúncia, em amostras extraídas de dois estados brasileiros. Este percurso nunca é linear, pois se caracteriza por uma dependência interacional entre a vítima (criança/adolescente), o indivíduo escolhido como confidente (receptor), e o contexto (cultural e estrutural) no qual estes estão inseridos.

Referências

Adams-Tucker, C. (1982). Proximate effects of sexual abuse in childhood: A report on 28 children. *American Journal of Psychiatry*, 139, 1252–1256.

- Alaggia, R. (2001). Cultural and religious influences in maternal response to intrafamilial child sexual abuse: Charting new territory for research and treatment. *Journal of Child Sexual Abuse, 10* (2), 41-60. doi: 10.1300/J070v10n0203
- Alaggia, R. (2002). Balancing acts: Re-conceptualizing support in maternal response to intrafamilial child sexual abuse. *Clinical Social Work Journal, 30* (1), 41-56. doi: 10.1023/A:1014274311428
- Alaggia, R., & Millington, G. (2008). Male child sexual abuse: A phenomenology of betrayal. *Clinical Journal of Social Work, 36* (3), 265-27. doi: 10.1007/s10615-007-0144-y
- Alaggia, R. (2010). An ecological analysis of child sexual abuse disclosure: Considerations for child and adolescent mental health. *Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 19* (1), 32-39. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2809444>
- Arata, C. M. (1998). To tell or not to tell: Current functioning of child sexual abuse survivors who disclosed their victimization. *Child Maltreatment, 3* (1), 63-71. doi: 10.1177/1077559598003001006
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2013). Recuperado de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, em 01 de Julho de 2013.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: IGLU.
- Baía, P.A.D., Veloso, M.M.X., Magalhães, C.M., & Dell’Aglío, D.D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Revista Temas em Psicologia, 21* (1), 193 – 202. doi: 10.9788/TP2013.1-14.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bradley A. R., & Wood J. M. (1996). How do children tell? The disclosure process in child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 20 (9), 881-891. doi: 10.1016/0145-2134(96)00077-4
- Brasil. (2012). Resolução 466 de 12 de Dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília.
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. *Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: orientações para gestores e profissionais de saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília/DF.Ed.MS, 91p.
- Brasil (2001). Ministério da Saúde. Portaria 1.968 de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 26 de outubro de 2001, seção 1, pp. 86.
- Bolen, R. M., & Lamb, J. L. (2004). Ambivalence of nonoffending guardians after child sexual abuse disclosure. *Journal of Interpersonal Violence*, 19 (2), 185–211. doi: 10.1177/0886260503260324
- Boakye, K.E. (2009). Culture and Nondisclosure of Child Sexual Abuse in Ghana: A Theoretical and Empirical Exploration. *Law & Social Inquiry*, 34 (4), 951–979. doi: 10.1111/j.1747-4469.2009.01170.x
- Bussey, K., & Grimbeek, E. J. (1995). Disclosure processes: Issues for child sexual abuse victims. In K. Rotenberg. (Ed.), *Disclosure processes in children and adolescents* (166–203). NY: Cambridge University Press.

- Campis, L. B., Hebden-Curtis, J., & DeMaso, D. R. (1993). Developmental differences in detection and disclosure of sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32 (5), 920-924. doi:10.1097/00004583-199309000-00005
- Cyr, M., Wright, J., Touopin, J., Oxman-Martinez, J., McDuff, P., & Theriault, C. (2003). Predictors of maternal support: The point of view of adolescent victims of sexual abuse and their mothers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 12 (1), 39-65. doi: 10.1300/J070v12n01_03
- Collings S. J., Griffiths, S., & Kumalo, M. (2005). Patterns of disclosure in child sexual abuse. *South African Journal of Psychology*, 35 (2), 270-285. doi: 10.1177/008124630503500207
- Coohy, C., & O'Leary, P. (2008). Mothers' protection of sexually abused children: An information-processing perspective. *Child Abuse & Neglect: The International Journal*, 32 (2), 245-259. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.06.002
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Crisma, M., Bascelli, E., Paci, D., & Romito, P. (2004). Adolescents who experienced sexual abuse: Fears, needs and impediments to disclosure. *Child Abuse & Neglect*, 28 (10), 1035-1048. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.03.015.
- Crittenden, P. M. (1993). An information processing perspective on the behavior on neglectful behavior. *Criminal Justice Behavior*, 20 (1), 27-48. doi: 10.1177/0093854893020001004
- DeYoung, Mary. (1987). Disclosing Sexual Abuse: The Impact of Developmental Variables. *Child Welfare*, 66 (3), 217-223. doi: 0009-4021/87/030217-07

- DeVoe, E. R., & Faller, K. C. (1999). The characteristics of disclosure among children who may have been sexually abused. *Child Maltreatment*, 4 (3), 217-227. doi: 10.1177/1077559599004003003
- Easton, S.D., Coohy, C., O’Leary, P., Zhang, Y., & Hua, L. (2011). The Effect of Childhood Sexual Abuse on Psychosexual Functioning During Adulthood. *J Fam Violence*, 26 (1), 41–50.
- Ecos. (2004). Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos e vulnerabilidade social: estudo exploratório em cinco capitais brasileiras. Disponível em www.ecos.org.br, acessado em 01 de Julho de 2013.
- Elliott, D. M., & Briere, J. (1994). Forensic sexual abuse evaluations of older children: Disclosures and symptomatology. *Behavioral Sciences and the Law*, 12 (3), 261-277. doi: 10.1002/bsl.2370120306
- Faller, K. C. (1988). The myth of the “collusive mother”. *Journal of Interpersonal Violence*, 3, 190–196.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18 (5), 409-417. doi: 0.1016/0145-2134(94)90026-4.
- Fontes, L. A. (1993). Disclosures of sexual abuse by Puerto Rican children: Oppression and cultural barriers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 2 (1), 21–35. doi: 10.1300/J070v02n01_02
- Fontes, L.A., & Plummer, C. (2010). Cultural issues in disclosures of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19 (5), 491-518. doi:10.1080/10538712.2010.512520
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Goodman-Brown, T. B., Edelstein, R. S., Goodman, G. S., Jones, D. P. H., & Gordon, D. S. (2003). Why children tell: A model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27 (5), 525-540. doi: 10.1016/S0145-2134(03)00037-1
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P.X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 21 (3), 341-348. doi: 10.1590/S0102-37722005000300011
- Habigzang, L. F., Ramos, M., & Koller, S. H. (2011). A revelação do abuso sexual: Medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (4), 467-473. doi: 10.1590/S0102-37722011000400010.
- Hanson, R. F., Resnick, H. S., Saunders, B. E., Kilpatrick, D. G., & Best, C. (1999). Factors related to the reporting of childhood rape. *Child Abuse & Neglect*, 23 (6), 559-569. doi: 10.1016/S0145-2134(99)00028-9
- Heriot, J. (1996). Maternal protectiveness following a disclosure of intrafamilial child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 11, 181-194.
- Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Lamb, M. E. (2005). Trends in children's disclosure of abuse in Israel: A national study. *Child Abuse & Neglect*, 29 (11), 1203-1214. doi:10.1016/j.chiabu.2005.04.008.
- Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse and Neglect*, 31 (2), 111-123. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.09.004.
- Hunter, J. A., Goodwin, D. W., & Wilson, R. J. (1992). Attributions of blame in child sexual abuse victims: An analysis of age and gender influences. *Journal of Child Sexual Abuse*, 1 (3), 75-89. doi: 10.1300/J070v01n03_06.

- Jones DPH. Editorial: Disclosure of child sexual abuse. (2000). *Child Abuse and Neglect*, 24 (2), 269-271.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, Reactions, and Social Support: Findings From a Sample of Adult Victims of Child Sexual Abuse. *Child Maltreatment*, 9 (2), 190-200. doi: 10.1177/1077559504264263.
- Keary, K., & Fitzpatrick, C. (1994). Children's disclosure of sexual abuse during formal investigation. *Child Abuse & Neglect*, 18 (7), 543-548. doi: 10.1016/0145-2134(94)90080-9
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: a review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113 (1), 164–180. doi: 10.1037/0033-2909.113.1.164
- Kogan, S. M. (2004). Disclosing unwanted sexual experiences: Results from a national sample of adolescent women. *Child Abuse & Neglect*, 28 (2), 147-165. doi: 10.1016/j.chiabu.2003.09.014
- Lamb, S., & Edgar-Smith, S. (1994). Aspects of disclosure: Mediators of outcome of childhood sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 9 (3), 307-326. doi: 10.1177/088626094009003002
- Lawson, L., & Chaffin, M. (1992). False negatives in sexual abuse disclosure interviews. *Journal of Interpersonal Violence*, 7 (4), 532–542. doi: 10.1177/088626092007004008
- Lippert, T., Cross, T.P., Jones, L., & Walsh, W. (2009). Telling interviewers about sexual abuse: Predictors of child disclosure at forensic interviews. *Child Maltreatment*, 14 (1), 100-113. doi: 10.1177/1077559508318398

- Lindblad, F. (2007). Reflections on the concept of disclosure. Em Pipe, M. E., Lamb, M.E., Cederborg, A.C. *Child sexual abuse: Disclosure, delay and denial* (pp. 77-96). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- London K, Bruck M, Wright, D.B, & Ceci S. J. (2008). Review of the contemporary literature on how children report sexual abuse to others: Findings, methodological issues, and implications for forensic interviewers. *Memory*, 16 (1), 29-47. doi: 10.1080/09658210701725732
- Lyon, T.D., & Ahern, E.C. (2010). Disclosure of child sexual abuse. Em J.E.B. Myers. *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp.233-252). Newbury Park, CA: Sage.
- Macintyre, D., & Carr, A. (1999). Helping children to the other side of silence: a study of the impact of the stay safe programme on irish children's disclosures of sexual victimization. *Child Abuse & Neglect*, 23 (12), 1327–1340. doi: 10.1016/S0145-2134(99)00097-6
- Malloy, L. C., Lyon, T. D., & Quas, J. A. (2007). Recantation of child sexual abuse allegations. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 46 (2), 162-170. doi: 10.1097/01.chi.0000246067.77953.f7.
- McElvaney, R. A. (2008). How children tell: Containing the secret of child sexual abuse. Tese de Doutorado. School of Psychology - Trinity College Dublin, Ireland.
- Noll, J.G., Shenk, C.E., & Putnam, K.T. (2009). Childhood sexual abuse and adolescent pregnancy: a meta-analytic update. *Journal of Pediatric Psychology*, 34(4), 366-378. doi: 10.1093/jpepsy/jsn098.
- Olafson, E., & Lederman, J. C. S. (2006). The State of the Debate About Children's Disclosure Patterns in Child Sexual Abuse Cases. *Juvenile and Family Court Journal*, 57 (1), 27–40. doi: 10.1111/j.1755-6988.2006.tb00112.x

- Paine, M.L., & Hansen, D.J. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review, 22*, 271-295. doi: S0272-7358(01)00091-5
- Palmer, S.E., Brown, R.A., Rae-Grant, N.I., & Loughlin, M.J. (1999) Responding to Children's Disclosure of Familial Abuse: What Survivors Tell Us. *Child Welfare, 78* (2), 259-282. doi: 0009-4021/99/020259-24
- Pelisoli, C. L., Pires, J. P. M., Almeida, M. E., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Caracterização da violência sexual no sul do Brasil a partir de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas. *Temas em Psicologia, 18*, 85-97.
- Pipe, M.E., Lamb, M.E., Orbach, Y., Sternberg, K.J., Stewart, H., & Esplin, P.W. (2007). Factors associated with nondisclosure of suspected abuse during forensic interviews. Em Pipe M. E, Lamb M. E, Cederborg A. C. *Child sexual abuse: Disclosure, delay and denial* (pp. 77-96). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- Plummer, C.A. (2006). The discovery process: What mothers see and do in gaining awareness of the sexual abuse of their children. *Child Abuse Neglect, 30*(11), 1227-1237.
- Rieser, M. (1991). Recantation in child sexual abuse cases. *Child Welfare, 70* (6), 612-613.
- Santos, S.S., Dell'Aglio, D.D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: Reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25* (1), 085-092. doi: 10.1590/S0102-37722009000100010
- Santos, S.S., Dell'Aglio, D.D. (2010). Quando o silêncio é rompido: O processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade, 22* (2), 328-335. doi: 10.1590/S0102-37722009000100010.

- Santos, S.S., Dell’Aglia, D.D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(1), 50-64.
- Sepúlveda, C.C. (2010). Develación del abuso sexual en niños y adolescentes: un artículo de revisión. *Revista Chilena de Psiquiatría y Neurología de la infancia y adolescencia*, 21(1), 44-56. Recuperado de <http://www.sopnia.com/boletines/Revista%20SOPNIA%202010-1.pdf>
- Summit, R. (1983). Child Sexual Abuse Accommodation Syndrome. *Child Abuse and Neglect*, 7 (2), 173–193. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6605796>
- Sauzier, M. (1989). Disclosure of child sexual abuse: for better or worse. *Psychiatric Clinics of North America*, 12 (2), 455–469. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2748447>
- Sjoberg, R. L., & Lindblad, F. (2002). Delayed disclosure and disrupted communication during forensic investigation of child sexual abuse: A study of 47 corroborated cases. *Acta Paediatrica*, 91 (12), pp. 1391-1396. doi: 10.1111/j.1651-2227.2002.tb02839.x
- Sorensen, T., & Snow, B. (1991). How children tell: The process of disclosure in child sexual abuse. *Child Welfare*, 70 (1), 3-13. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1997290>
- Saywitz, K. J., Goodman, G. S., Nicholas, E., & Moan, S. E (1991). Children’s memories of a physical examination involving genital touch: Implications for reports of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychiatric*, 59 (5), 682-69. . doi: 10.1037/0022-006X.59.5.682
- Smith, D.W., Letourneau, E.J., Saunders, B.E., Kilpatrick, H.S., Resnick, H.S., & Best, C.L. (2000). Delay in disclosure of childhood rape: Results from a national

survey. *Child Abuse and Neglect*, 24 (2), 273–287. doi: 10.1016/S0145-2134(99)00130-1.

Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M.H., Euser, E.M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16 (2), 79-101. doi: 10.1177/1077559511403920

Smith, D.W., Sawyer, G., Jones, L. M., Cross, T., McCart, M. R., & Ralston, M. E. (2010). Mother reports of maternal support following child sexual abuse: Preliminary psychometric data on the maternal self-report support questionnaire (MSSQ). *Child Abuse & Neglect*, 34 (10), 784–792. doi:10.1016/j.chiabu.2010.02.009

Sirles, E. A., & Franke, P. J. (1989). Factors influencing mothers' reactions to intrafamily sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 13 (1), 131–139. doi: 10.1016/0145-2134(89)90036-7

Tang, S. S. S., Freyd, J. J., & Wang, M. (2007). What do we know about gender in the disclosure of child sexual abuse? *Journal of Psychological Trauma*, 6 (4), 1-26. doi: 10.1080/19322880802096442

Ullman, S. E., & Filipas, H. H. (2005). Gender differences in social reactions to abuse disclosures post-abuse coping, and PTSD of child sexual abuse survivors. *Child Abuse and Neglect*, 29 (7), 767–782. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.01.005

Apêndice 1

Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento – UFPA

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

A/C Coordenador(a) do CREAS-ABAETETUBA

Estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal Pará (UFPA) com o objetivo de caracterizar os padrões de descoberta e revelação do abuso sexual em quatro

idades brasileiras, e conhecer também o suporte materno de mães de crianças e adolescentes que revelaram ou não revelaram o abuso sexual.

A caracterização dos padrões de descoberta e revelação do abuso sexual será realizado a partir da análise dos prontuários de casos de abuso sexual registrados e atendidos neste serviço especializado. Também serão realizadas entrevistas com dez mães biológicas de crianças e adolescentes em contexto de revelação ou não revelação do abuso sexual, a fim de conhecer o suporte materno ofertado por estas cuidadoras. Tais dados poderão servir de subsídio para a implementação de estratégias de prevenção e políticas públicas. Também será produzida uma cartilha educativa voltada para os cuidadores de crianças e adolescentes com histórico de abuso sexual, objetivando a conscientização do processo de revelação.

As sessões de entrevistas serão conduzidas nas dependências do CREAS-ABAETETUBA. Será solicitada a concordância, para a realização da pesquisa, das mães biológicas selecionadas, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações serão tomados. As participantes serão claramente informadas de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. As entrevistas, com duração de uma hora e meia, serão gravadas para posterior transcrição e análise. Os dados obtidos através das entrevistas serão guardados no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento)

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico às participantes do estudo, será feito contato com o Serviço de Psicologia da própria instituição. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profª Dra. Celina Maria Colino Magalhães. A coleta dos dados será feita pelo mestrando Pedro Augusto Dias Baía.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 91-9603-2515.

Data: ___/___/_____

Coodenador(a) do CREAS-ABAETETUBA

Data: ___/___/_____

Pesquisador

Apêndice 2

Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento – UFPA

Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Às Senhoras Mães,

Apresento este documento para informar sobre um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido pelo Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), Universidade Federal do Pará (UFPA), objetivando caracterizar a revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes atendidos em serviços especializados. As participantes

estão sendo convidadas a fazerem parte desta pesquisa pelo fato de serem mães de crianças/adolescentes que estão sendo atendidos em algum serviço especializado. Mediante consentimento e concordância, sua participação consistirá em respostas fornecidas a uma entrevista que objetiva conhecer os seus comportamentos/sentimentos desde que ficou sabendo que seu filho (a) foi abusado sexualmente. Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem prejuízo e punição. A qualquer momento, as participantes podem solicitar informações quanto aos procedimentos e objetivos do estudo.

É possível que algumas questões relacionadas a estados emocionais ou experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isto ocorrer, as participantes poderão solicitar aos pesquisadores para realizar um intervalo ou interromper a entrevista, sem consequências futuras. A entrevista será realizada nas dependências deste serviço especializado, de forma gratuita. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto.

A sua concordância, no entanto, deve ser obtida através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pede-se para que as duas vias do termo sejam lidas, assinadas e devolvidas para a equipe de trabalho. Uma das vias será assinada pelo pesquisador e devolvida à participante. Se houver qualquer dúvida, o pesquisador estará à disposição para esclarecer.

Eu _____ fui informada dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

_____ Assinatura da Participante Data: ___/___/___

_____ Assinatura do Pesquisador Data: ___/___/___

O pesquisador Pedro Augusto Dias Baía coloca-se à disposição para maiores informações nos seguintes contatos: 91-9603-2515 (celular) e email: padbaia@yahoo.com.br

Apêndice 3

Roteiro de entrevista

A) *Questões gerais: enquadramento, revelação, descoberta.*

1) Como você ficou sabendo sobre o abuso sexual de seu filho (a)?

B) *Questões de suporte emocional: empatia pelo estresse do filho (a), ausência ou presença de emoções negativas ou de rejeição.*

2) Como você acha que ele (a) se sentiu ao contar-lhe?

- 3) Por que você acha que o seu filho (a) levou algum tempo para contar?
 - 4) Você acha que seu filho (a) poderia ter impedido que o abuso ocorresse?
- C) *Questões de credibilidade em relação ao relato do filho (a): acreditar ou não na revelação da vítima.*
- 5) Em algum momento você achou que seu filho (a) estivesse mentindo? Por quê?
 - 6) O relato do seu filho (a) foi suficiente? Que tipo de perguntas você fez?
 - 7) Que aspecto levou você a ter certeza de que o abuso sexual ocorreu?
- D) *Respostas comportamentais: ações de proteção, tomada de decisão, etc.*
- 8) O que você fez após a descoberta do abuso sexual?
 - 9) Qual foi a sua atitude em relação ao agressor (a)?
 - 10) Você acha que poderia ter agido de outro modo após a revelação?
- E) *Percepção sobre a revelação*
- 11) Você consegue identificar razões pelas quais o seu filho (a) contou a você?
 - 12) O que você acha que poderia ter sido feito para manter seu filho (a) seguro após a revelação?
 - 13) Se ele não tivesse contado, você acha que descobriria a partir de outros meios?
 - 14) Você consegue citar o que aconteceu de melhor e de pior após a revelação do abuso sexual de seu filho (a)?
 - 15) Como você descreve o relacionamento com o seu filho (a) antes e após a revelação do abuso sexual?